



**EDUCAÇÃO
INTEGRAL**

FUNDEB

PDE

PNE

LDB

ECA

**CONSTITUIÇÃO
1988**

Como ampliar
tempos, espaços
e oportunidades educativas
para crianças, adolescentes
e jovens aprenderem

**Caminhos
para elaborar
uma proposta de
Educação Integral
em Jornada Ampliada**

Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada

Como ampliar tempos, espaços
e oportunidades educativas
para crianças, adolescentes
e jovens aprenderem

SEB/MEC, 2011

Realização
Secretaria de Educação Básica
Esplanada dos Ministérios, bloco L
Edifício Sede – 5º andar – sala 500
CEP 70 047 900, Brasília – DF

Série Mais Educação

Organização

Jaqueline Moll

Produção

CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular

Coordenação Geral

Jaqueline Moll

Supervisão Geral

Marcio Tascheto da Silva

Edição final do texto

Madza Ednir e Claudius Ceccon

Projeto gráfico (Capa e Ilustrações)

Claudius Ceccon

Diagramação e editoração

Shirley Martins

Revisão

Lorenzo Aldé

Grupo de Trabalho Interinstitucional responsável pelo Texto-Base do qual derivou essa cartilha:

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope

Casa das Artes – Rio de Janeiro (RJ)

Centro de Criação de Imagem Popular – CECIP

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC

Cidade Aprendiz – São Paulo (SP)

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE

Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed

Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ)

Rede de Experiências em Comunicação, Educação e Participação – Rede CEP

Secretaria Municipal de Educação de Apucarana (PR)

Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (MG)

Secretaria Municipal de Educação de Recife (PE)

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Colaboraram na elaboração do Texto-Base:

Ana Maria de Albuquerque Moreira, Alexandre Le Voci Sayad, Claudius Ceccon, Claudio Aparecido da Silva, Ernesto Erivelton Rodrigues, Gesuína de Fátima Elias Leclerc, Helena Lopes Freitas, Ivany de Souza Ávila, Janaína Speht da Silva Menezes, Jaqueline Moll, José Zuchiwschi, Lígia Martha Coelho, Leandro da

Costa Fialho, Lúcia Helena Nilson, Lucenir de Andrade Pinheiro, Maria Antonia Goulart da Silva, Maria Beatriz P. Tilton, Maria Luiza Aléssio, Macaé Evaristo dos Santos, Maria Luiza Xavier, Marília B. Guimarães, Natacha Gonçalves da Costa, Rachel Trajber, Sueli de Lima, Raimunda Núbia Lopes da Silva.

Ficha Catalográfica

Índice

Apresentação.....	5
1. Uma Cartografia da Educação Integral	9
1.1 Articular a Cidade Educadora	9
1.2 Novas oportunidades educativas: Comunidades de Aprendizagem.....	12
1.3 Colocar em prática o Currículo Significativo	15
1.4 Espaços Educadores Sustentáveis	19
1.5 Ampliar o tempo de aprendizagem e expandir a sua qualidade	24
1.6 Formar Integralmente	26
1.7 Garantir Intersectorialidade e Governança	28
1.8 Humanizar Políticas Sociais e Educacionais	30
1.9 Fazer a Educação Integral correr nas veias da escola: o Projeto Político Pedagógico (PPP)	31
1.10 Pensar o território e criar territorialidade	35
2. Os pressupostos da Educação Integral	39
3. As bases legais da Educação Integral	41
4. Construindo a Educação Integral a partir da Escola	47
4.1 Visão mais ampla do papel da Escola: reinventar a gestão política dos espaços escolares, em diálogo com a sociedade.....	47
4.2 Enraizamento da Educação Integral nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das Escolas	50
4.3 Ressignificação do Currículo Escolar	54
4.4 Formação de Educadores Escolares, na Perspectiva da Educação Integral	57
5. Outras Leituras para quem quer fazer Educação Integral em Jornada Ampliada	61



COMPROMISSO
TODOS PELA EDUCAÇÃO

PDE - PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO INTEGRAL
EM JORNADA AMPLIADA

MAIS
EDUCAÇÃO

MAIS EDUCAÇÃO
PARA TODOS

WAPU

Apresentação

Em 2007, os mais diferentes atores sociais do Brasil decidiram conjugar esforços pela melhoria da qualidade da educação básica. Foi quando governos e sociedade firmaram o **Compromisso Todos pela Educação**. O objetivo é que, em 2022, bicentenário de nossa Independência, o aproveitamento de nossos estudantes seja bem melhor do que é hoje. Assim surgiu o PDE – **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Para apoiar uma das ações do PDE – a implementação, nas escolas, da **Educação Integral, em jornada ampliada** – foi criado, pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto 7083 de 27/01/2010, o **Programa Mais Educação** (ver Boxes 1 e 2).

O MEC e a **Secad** (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) convidaram, então, educadores e gestores da Undime, do Consed, da CNTE, da Anfope e de Universidades, bem como representantes da sociedade civil organizada e de ONGs ligadas à educação, a produzirem um **texto referência** para estimular o debate nacional sobre **Educação Integral em jornada ampliada**, ou seja, sobre a possibilidade de alargar os tempos e espaços de aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades socioeducativas oferecidas em ampliação de jornada e articuladas aos projetos político pedagógicos das escolas, apoiadas para atuarem como catalizadoras do potencial educativo dos seus territórios.

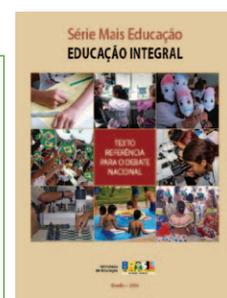
Esta publicação é uma versão resumida e ilustrada do documento original e pode ser um instrumento de mobilização e ação para você, que é...

- ... um dirigente responsável pela gestão intersetorial do território, constituindo uma Rede de Saberes, com implementação e articulação de políticas socioeducacionais no município ou estado, ocupando-se de áreas como Assistência Social, Cultura e Artes, Cultura Digital, Comunicação e uso de mídias, Esporte, Lazer e Direitos Humanos em Educação, Educação Ambiental, Educação Econômica, Promoção de Saúde, Investigação no Campo das Ciências da Natureza;
- ... um profissional ou membro de instituições que atuam nas áreas acima;
- ... uma liderança educacional, institucional, empresarial ou comunitária interessada em localizar e articular as forças positivas no território onde atua, aumentando a inclusão social e a sustentabilidade;
- ... um membro da equipe gestora ou docente de uma escola que aposta na melhoria da qualidade da educação.

Independentemente do seu perfil, essa publicação lhe será útil.

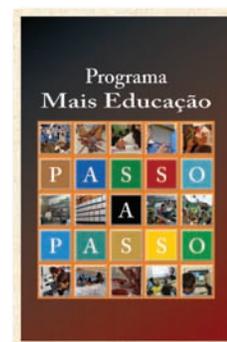
- Se você é **dirigente governamental**, terá incentivos para integrar e articular políticas públicas, atuando de forma intersetorial na resolução dos problemas sociais, para superar desigualdades e afirmar o direito às diferenças. Isso irá desenvolver o potencial das crianças, jovens e suas comunidades.
- Se você é uma **liderança da sociedade civil**, terá dicas para trilhar um caminho efetivo na perspectiva da educação integral em jornada ampliada, iniciando ou fortalecendo o diálogo entre quem faz educação *na escola* (atores diretos da cena escolar) e *fora da escola*.

<http://portal.mec.gov.br/secad>

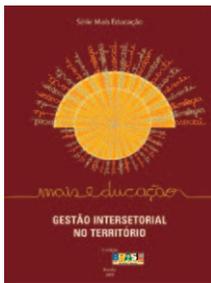


Produto do Grupo de Trabalho convocado pelo MEC e coordenado pela Secad, disponível no site <http://portal.mec.gov.br>

Veja também:



http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao/pdf



Gestão Intersetorial no Território
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao_2.pdf

Redes de Saberes
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf



Cadernos Pedagógicos:

Acompanhamento Pedagógico;
Cultura e Artes;
Cultura Digital;
Direitos Humanos em Educação;
Educação Ambiental;
Investigação no Campo das Ciências da Natureza;
Comunicação e uso de mídias;
Educação Econômica;
Promoção da Saúde;
Esporte e Lazer.

<http://portal.mec.gov.br>

- Se você é **educador ou gestor escolar** (professor, diretor, coordenador pedagógico, em especial) receberá algumas ferramentas para ajudar a equipe e a comunidade a ampliar a visão da escola e a construir um Projeto Político Pedagógico que contemple os princípios da Educação Integral.

Você, representante do poder público e da sociedade civil ou da comunidade escolar, que se entusiasma com a ideia de abrir-se à integração e transformar a escola em espaço de articulação de políticas governamentais e iniciativas comunitárias, aperfeiçoando a relação dialógica escola-comunidade e a gestão democrática, irá encontrar aqui e em outras publicações da **Secad/MEC** - como os **Cadernos Pedagógicos** e os cadernos de Educação Integral do Campo, de Educação Especial e o Caderno Territórios Educativos da Educação Integral - inspiração, bases legais que embasam ações de Educação Integral em Jornada Ampliada e sugestões práticas de quem já botou o pé na estrada, e vai abrindo novos caminhos. Caminhos que, ao serem percorridos, aumentam a aprendizagem de todos.

PDE Plano de Desenvolvimento da Educação: conjugação de esforços para melhorar a qualidade da educação básica

O PDE foi lançado em 24 de abril de 2007 pelo Presidente da República e os Ministros da Educação, da Fazenda e do Planejamento. A mensagem é que o desenvolvimento da Educação, essencial ao desenvolvimento econômico sustentável do país, impulsionado pelo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), depende de uma boa articulação de políticas públicas, em vários setores.

O PDE faz ampla divulgação das medidas de apoio à Educação que serão tomadas para eliminar as barreiras que impedem o acesso e a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola. Entram em ação outros ministérios, dentre os quais o Ministério do Desenvolvimento Social. Um certificado digital acompanha a frequência escolar, condição para o recebimento do Bolsa Família por 11 milhões de famílias pobres e muito pobres. Para estimular a permanência dos jovens, eleva-se de 16 anos incompletos para 18 anos incompletos a idade limite para ter o benefício do Bolsa Família. O Ministério da Saúde, com seu programa Olhar Brasil, oferece óculos a custo zero, evitando que alunos do ensino fundamental abandonem o estudo por problemas na vista. Escolas públicas também terão atenção integral do programa Saúde da Família. O Ministério dos Transportes, com o programa Caminho da Escola, oferece isenção de imposto na compra do veículo para transportar alunos do ensino básico no meio rural, o que facilitará a frequência e reduzirá o abandono dos estudos. O Ministério de Minas e Energia, com o Programa Luz para Todos, leva a eletricidade a escolas ainda sem luz elétrica. O Ministério da Cultura cria o programa Pontos de Cultura para favorecer a disseminação de propostas artísticas e culturais de iniciativa da comunidade em todos os municípios brasileiros (CECCON e EDNIR, 2008). Em dezembro de 2007, o PDE ganha o reforço do Programa Saúde na Escola, do Ministério da Saúde, que visa “contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde” (Decreto 6286/05/12/07).

Programa Mais Educação: ampliando tempos, espaços e oportunidades de aprendizagem

O **Plano de Desenvolvimento da Educação** (PDE), indica, no seu artigo 2º, as diretrizes voltadas à ampliação do tempo de aprendizagem dos alunos e à qualificação dos processos de ensino, com participação dos alunos em projetos socioculturais e em ações educativas. A ideia é ampliar a jornada escolar, possibilitando a crianças, adolescentes e jovens envolver-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer. Isso contribui para reduzir evasão, reprovação e distorções de idade-série, ao mesmo tempo em que amplia o tempo de aprendizagem dos alunos. Atualmente, a média diária de horas-aula dos alunos é de apenas 4, quando o ideal seria, no mínimo, 7 horas.

O **Programa Mais Educação** (Portaria Interministerial 17/2007 e Decreto 7083 de 27/01/2010) vem operacionalizar as diretrizes do PDE. Ele retoma o ideal da Educação Integral (ver p. 19), que vem dos tempos dos pioneiros da Escola Nova e, a partir do aprendizado com experiências bem-sucedidas, o leva como prática às redes de ensino dos estados e municípios do país.

Em 2008, o Programa Mais Educação teve início em 55 municípios de 25 estados, e no Distrito Federal. Começou priorizando 1380 escolas de Ensino Fundamental com baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Em 2009 já havia se estendido a 5 mil escolas, beneficiando 1 milhão de alunos. Em 2010, o número foi ampliado a 10 mil escolas, em capitais, regiões metropolitanas e em cidades com mais de 163 mil habitantes, atingindo

3 milhões de alunos. Espera-se, até o final de 2011, atingir 16 mil escolas e 3,5 milhões de estudantes.

O objetivo do Mais Educação é fomentar a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens por meio de atividades socioeducativas, articuladas ao Projeto Político Pedagógico das escolas. Essas atividades que ampliam a jornada escolar são oferecidas por instituições públicas e privadas ou pela própria escola. Abrangem os seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Cultura e Artes; Cultura Digital; Direitos Humanos em Educação; Educação Ambiental; Investigação no Campo das Ciências da Natureza; Comunicação e uso de mídias; Educação Econômica; Promoção da Saúde; Esporte e Lazer. Dentre as organizações governamentais, estão envolvidos em ações conjuntas do **Programa Mais Educação** os Ministérios da Educação, da Cultura, dos Esportes, do Desenvolvimento Social, da Ciência e Tecnologia e da Justiça – Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) –, além do gabinete da Presidência da República. A essas ações somam-se outras promovidas por estados e municípios.

O que pode fazer diferença em termos de crescimento dos índices de desempenho dos alunos – objetivo do PDE – é que a integração de tais iniciativas dentro e fora da escola aconteça também na sala de aula, dando vida e significado ao currículo e tornando a escola mais atraente e adequada às demandas das crianças, adolescentes e jovens.



COMPTON

Capri

1

Uma Cartografia da Educação Integral

A Educação Integral, inspirada nas ideias e práticas de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, vem sendo reinventada em um esforço conjunto que envolve centenas, milhares de pessoas. O mapa que nos orienta sobre “Como fazer Educação Integral no Brasil do século XXI” está em construção. Neste capítulo, você encontra alguns marcos da Cartografia Conceitual que está sendo desenhada por aqueles que ao mesmo tempo desbravaram caminhos e os mapeiam para os exploradores seguintes.

Ao lado dos princípios e diretrizes que norteiam a Educação Integral, e de suas possíveis consequências para a prática de go-

vernantes, lideranças sociais e escolas, você encontra, também, alguns exemplos que os ilustram, retirados de “relatos de viagem”: depoimentos de gestores e educadores que, em Apucarana (PR), Belo Horizonte (MG), João Pessoa (PB), Olinda (PE), Osasco (SP), Nova Iguaçu (RJ), Palmas (TO), e Rio Branco (AC), estão experimentando uma forma diferente de melhorar a qualidade da educação no país.

Eles constituem a ponta de um imenso iceberg representado pelas experiências em Educação Integral que, neste momento, são vivenciadas por educadores em quase 2 mil dos 5.600 municípios brasileiros.

1.1 Articular a Cidade Educadora

A Educação Integral pressupõe que a cidade, como um todo, é uma grande sala de aula.

Um ditado africano diz que “É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”. O movimento das Cidades Educadoras, iniciado na década de 90 em Barcelona, despertou a consciência de que as pessoas que moram em uma cidade são educadas pelo modo como suas ruas, vielas e praças são estruturadas e usadas, pelos serviços públicos que possui e como esses serviços são oferecidos, pelas diferentes formas como os seus moradores habitam, trabalham, se transportam e se comunicam. Pense em um jovem que vive na periferia de uma grande metrópole e trabalha ou estuda no centro. Pela forma como os guardas organizam o trânsito e a maneira como os motoristas

se comportam, a cidade ensina a confiar ou não confiar nos sinais de trânsito. Pelos monumentos que estão nas praças mais importantes a cidade ensina quem são os personagens que mais valoriza – a qual classe social, gênero e raça pertencem. Pelos produtos expostos nos grandes *shopping centers*, nos *outdoors* e nas telas da televisão, a cidade ensina o que é mais adequado usar ou ter em casa. Pela distribuição desigual de serviços públicos, ensina quais bairros são mais importantes e mais valorizadas, e assim por diante. Todas as cidades educam – e é importante que a gente se dê conta de que, muitas vezes, as cidades ensinam comportamentos e atitudes que contrariam valores



expressos como direitos na Constituição do país e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Saber que toda cidade educa faz com que estejamos atentos para aproveitar as oportunidades educativas (ver p. 12) presentes no entorno, percebendo que a **Comunidade de Aprendizagem** precisa ir além dos muros da escola.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

Quando os governantes e representantes de todos os segmentos sociais, sejam eles empresários, comunicadores, esportistas, juristas, militares, trabalhadores ou de outras profissões, têm consciência de que tudo o que fazem de alguma forma educa, procuram despertar ou ampliar a consciência de todos os cidadãos adultos quanto à sua responsabilidade pela educação integral das novas gerações. A restrição à propaganda do álcool e dos cigarros é um exemplo de ação proativa dos cidadãos em defesa de seus semelhantes e das novas gerações. Outras ações cidadãs são o incentivo às ciclovias, ao consumo responsável, à coleta seletiva de lixo, ao trabalho voluntário, às formas dialógicas/restaurativas de resolução de conflitos, bem como a garantia de acessibilidade aos portadores de deficiências. Há também ações importantes junto aos meios de comunicação, como pressionar para que neles se vejam pessoas negras e pessoas que divergem do “padrão oficial de beleza”.

Governantes e lideranças sociais, reunidas em Conselhos e outros fóruns, têm legitimidade para firmar um novo contrato social na educação – um contrato que estabeleça claramente as obrigações e responsabilidades dos diferentes agentes sociais que

atuam, de fato, como agentes educativos. Afirmar a centralidade da escola não significa que somente ela deve sediar as ações e atividades que envolvem a Educação Integral.

Consequências para a escola

Quando os educadores assumem que a escola faz parte de uma cidade educadora, o ambiente social se transforma em um espaço de aprendizagem. Passam a ser espaços educativos não apenas museus, igrejas, monumentos e outros edifícios considerados importantes, mas também ganham a dimensão de espaços educadores as ruas e praças, as lojas, os estádios, as associações de moradores, os locais de culto religioso e aqueles onde as pessoas trabalham, produzem, criam, se transportam, se divertem, convivem, enfim. Ou seja: os limites da sala de aula podem se expandir e toda a cidade torna-se uma escola com riquíssimas oportunidades de ensinar e de transformar o que é significativo para os que ali vivem.

Os profissionais da educação desempenham um papel essencial ao chamar a atenção dos estudantes, seus familiares e membros da comunidade para os valores que a cidade educadora está transmitindo. Caso esses valores não sejam os da democracia, isto é, com direitos e deveres iguais para todos, respeito mútuo, valorização das diferenças e preservação do meio ambiente, os educadores devem provocar ações coletivas para corrigir essa situação. Isso ajuda às crianças, jovens, familiares e membros da comunidade a se perceberem como aprendizes permanentes e a envolver-se ativamente com esse processo.



Exemplos que fazem pensar

Educação como eixo articulador

A prefeitura de **Nova Iguaçu**, no Estado do Rio de Janeiro (2006-2010), adotou a educação como eixo central de todas as políticas públicas, sustentando-se em dois conceitos básicos: “Cidade Educadora” – que parte da ideia de que a educação não ocorre apenas nos limites da escola, mas em todos os espaços da comunidade – e “Educação Integral” – uma educação que promove o desenvolvimento da criança e do adolescente em suas múltiplas dimensões, considerando o corpo, a mente e a vida social, no sentido da construção de um cidadão pleno, autônomo, crítico e participativo.

Com o objetivo de estimular a integração da criança com o lugar onde mora e contribuir para o seu melhor rendimento escolar, o Bairro-Escola oferece atividades socioeducativas, o que inclui atividades culturais e esportivas, na modalidade extraclasse. Amplia-se a jornada por meio do estabelecimento de parcerias locais com diversos espaços e diferentes instituições que se transformam em locais de aprendizado. Essas atividades, associadas às orientações dos

Parâmetros Curriculares Nacionais e ao projeto político pedagógico de cada escola, são desenvolvidas por monitores – oficinairos e voluntários – selecionados entre os moradores e integrantes das entidades parceiras que participam de capacitações periódicas. Por meio do edital “Escola Viva Bairro Escola”, a prefeitura identificou e cadastrou cerca de 300 parceiros, levantando o que poderiam oferecer em termos de atividades culturais, esportivas e artísticas. Associações de moradores, igrejas, clubes e até pessoas físicas ofereceram locais onde as crianças poderiam continuar o processo educativo após as aulas. Reuniões e Seminários com a participação dos gestores escolares (que passaram a ser eleitos pela comunidade, em vez de serem indicados pelos políticos), dos educadores sociais parceiros e demais agências educativas presentes no território estavam, ao final de 2009, preparando a elaboração, nas escolas, de **Projetos Políticos Pedagógicos** (ver p. 28), estimulando a integração das atividades realizadas pelos professores e pelos educadores não formais.



FOTO: SALVADOR SCOFANO - PMNI

www.novaiguacu.rj.gov.br/

Agora é com você

O que a sua cidade está ensinando – de bom e de ruim – às novas gerações?

Escreva seus exemplos aqui:

1.2 Novas oportunidades educativas: Comunidades de Aprendizagem

A Educação Integral encoraja todas as organizações da cidade a construírem um projeto educativo em conjunto.

Dizia o pintor holandês Van Gogh que não queria novas paisagens, mas novos olhos para ver a mesma paisagem. Quando lideranças, os gestores e educadores lançam um olhar diferente para a cidade, começam a perceber oportunidades educativas antes invisíveis. O que era um quintal sem uso torna-se um lugar onde se pode aprender a plantar e a colher. O teatro municipal, vazio durante a semana, vira ponto de encontro do grupo de rap dos jovens. O rio poluído é um laboratório para se estudar as causas e as consequências do problema. A empresa é uma oficina para se aprender sobre trabalho. Os avós são fontes de conhecimento sobre a história, arte e cultura da comunidade. E, assim, começam a formar-se comunidades de aprendizagem que incluem a escola, e vão além. *Uma comunidade de aprendizagem, diz Rosa Maria Torres, é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si mesma, suas crianças, seus jovens e adultos, graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças, para superar essas carências.* (TORRES, 1996).

Consequências para os governantes e lideranças sociais

Fazer do município uma comunidade de aprendizagem exige, em primeiro lugar, um olhar diferente, que fortaleça o propósito comum – de todos os órgãos governamentais e dos não-governamentais, bem como dos movimentos sociais – de educar

a si mesmos e educar as crianças, adolescentes e jovens de acordo com os valores e princípios expressos na Constituição e nas Declarações sobre Direitos Humanos, Meio Ambiente, Segurança Alimentar e outras, a que o Brasil aderiu. É essencial o diagnóstico participativo sobre quais são as forças e as fraquezas presentes no município, para usar as forças no combate às fraquezas e diminuir as ameaças. Assim se constrói um projeto de desenvolvimento local comprometido com a transformação da sociedade e com a formação de cidadãos. Nessa caminhada, o diálogo é a ferramenta mais eficaz na implementação de políticas socioculturais que, além de reconhecer as diferenças, promovam a igualdade e estimulem os ambientes de trocas. Parafraseando Boaventura de SOUZA SANTOS (2002), queremos que cada *pessoa tenha direito à igualdade, sempre que a diferença a inferioriza, e tenha direito à diferença, toda vez que a igualdade homogeneíza.*

Consequências para a escola

A escola se transforma em comunidade de aprendizagem quando existe um propósito comum, definido coletivamente por todos os envolvidos – educadores, estudantes, funcionários, familiares, representantes da comunidade em que a escola se localiza – de promover a **formação integral** (ver p. 26) das crianças, dos jovens e também dos adultos. Esse propósito é registrado em um documento, o **Projeto Político Pedagógico** (ver p. 31) da escola. Em uma escola que é uma comunidade de aprendizagem, também chamada Escola que Aprende (SENGE, 2005), o diálogo, definido como



comunicação horizontal entre diferentes, se instaura entre os professores, os alunos, os gestores, os funcionários e a comunidade. *A escola/comunidade de aprendizagem articula-se a uma comunidade de aprendizagem mais ampla*, com a preocupação de desenvolver um projeto comum, onde cada uma das instituições sociais ali presentes possa dialogar, compartilhar responsabilidades, inter-relacionar-se e transformar-se quando se encontra com o outro. Ela se

assume como um sistema que é parte de um sistema maior. Ela é capaz de influenciá-la da mesma forma como é influenciada, graças a um **currículo significativo**, elaborado pela escola, que parte da realidade e a ela retorna, para transformá-la.

Em uma escola que é uma comunidade de aprendizagem, educadores e familiares descobrem que, quanto mais eles, os adultos, aprendem, mais as crianças, adolescentes e jovens também aprendem.

Exemplos que fazem pensar

Unindo forças para ampliar os limites da sala de aula

A implantação do Programa Mais Educação em **Olinda**, Pernambuco, começou com o desejo das equipes gestoras da Secretaria Municipal de Educação — SME e da Diretoria de Ensino, de ampliar a jornada dos alunos. Uma importante preocupação era integrar ao Mais Educação as várias esferas do poder público municipal. Para isso, foram convidadas todas as secretarias e órgãos do poder público para fazer parte do comitê gestor da Educação Integral.

Diretoras das primeiras vinte escolas municipais interessadas participaram ativamente das discussões, em vários encontros, com o objetivo de amadurecer as escolhas e os caminhos a seguir. Cada escola, através de seu grupo gestor, discutiu e desenhou o perfil do professor comunitário — uma figura-chave no processo. As equipes escolares mapearam o entorno das escolas, o bairro e a comunidade. Descobriram os saberes locais e os espaços da comunidade que poderiam estar implicados na educação dos alunos e escolheram as atividades que poderiam ser realizadas. A equipe responsável pelo Mais Educação na SME empenhou-se em acompanhar as diretoras e professores comunitários nessa garimpagem. Igrejas de várias religiões, associações comunitárias, clubes de

mães, clubes carnavalescos e outras organizações não-governamentais foram visitados pelo grupo da SME. Pouco a pouco as equipes das escolas, com apoio dos pais, foram intensificando as articulações.

Envolvimento

Logo se percebeu a necessidade de envolver os Conselhos Tutelares e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: as crianças e adolescentes iriam sair do prédio escolar e para isso era necessário amparo legal. A equipe da SME convocou um encontro com essas entidades e foi orientada a construir um termo de autorização, a ser assinado pelos responsáveis, para que os alunos pudessem se deslocar a outros espaços da cidade, acompanhados pelos monitores do programa.

A articulação com a Procuradoria Geral do Município foi motivada por outra necessidade do grupo: possibilitar que docentes se dedicassem à função de promover a articulação entre a escola e demais espaços educativos da cidade, sem nenhum prejuízo em termos de carreira ou remuneração. O diálogo com a Procuradoria Geral do Município começou por fortalecer a concepção de cidade educadora, onde a sala de aula



FOTO: PASSARINHO
PREF. OLINDA

www.olinda.pe.gov.br/secretarias-e-orgaos/secretaria-de-educacao

não deve ser o único espaço apropriado para a presença do professor, ressaltando a importância do professor comunitário na transformação da cidade em cidade educadora. Com base nos paradigmas do Programa Mais Educação, a concepção de espaço educativo foi reformulada. A “sala de aula” passou a ser entendida não como um espaço entre quatro paredes, mas como um espaço limitado pelas fronteiras do município. Desta maneira, foi possível construir um instrumento legal garantindo que o deslocamento do professor comunitário da função de educador de uma única turma da escola para a de articulador da Educação Integral não causasse prejuízo algum à sua remuneração ou a seus direitos trabalhistas.

Em Olinda, o Programa Mais Educação já foi ampliado para toda a Rede Municipal. Hoje, a coordenação do Mais

Educação no município é feita de maneira colegiada, com as coordenações dos Programas Escola Aberta, Segundo Tempo e Saúde na Escola. Outras parcerias ainda precisam ser estabelecidas, inclusive no âmbito de projetos financiados pelo Governo Federal, como os Pontos de Cultura e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Os maiores desafios, agora, são: garantir a oferta da alimentação em regime de tempo integral – merenda e almoço; fortalecer a articulação das atividades com o currículo escolar e entre programas dos demais órgãos municipais; ampliar o diálogo com as famílias, evitando a evasão dos alunos.

Por Ana Cristina e equipe do Mais Educação na Secretaria Municipal de Educação de Olinda.

Contato: aceafonseca@ig.com.br



Exemplos que fazem pensar

Diferentes setores e organizações, um mesmo propósito educativo

Em São Paulo, representantes dos mais diferentes setores e organizações sociais uniram-se no movimento Todos pela Educação na Cidade, e criaram indicadores para que toda a sociedade possa acompanhar os avanços das políticas públicas e seus resultados em termos de melhorias na educação, saúde, habitação, transportes, emprego e renda (Oded GRAJEW e M.A. SETUBAL). Foram instituídas, pelos órgãos governamentais, as Viradas Cultural, Esportiva e Educacional, ocasiões em que a cidade oferece, durante o fim de semana, atividades gratuitas em diferentes espaços, mais acessíveis graças a descontos nas passagens de ônibus e metrô. Os resultados surpreenderam os próprios idealizadores, pois demonstraram que a população assumiu a proposta como sua.

1.3 Colocar em prática o Currículo Significativo

Ao ampliar a jornada escolar e promover o diálogo escola-comunidade, a Educação Integral ajuda a unir currículo e vida.

Um **currículo significativo** é aquele que faz sentido para os estudantes e que é relevante, porque produz aprendizagens que causam impacto na vida em comunidade ou na vida de toda a cidade.

Uma forma de dar significado ao currículo que já existe é fazer com que os alunos compreendam as ligações entre as diferentes disciplinas e mostrar como o conhecimento que constroem na escola e em outros espaços da **cidade educadora** (ver p. 9) pode ter aplicação imediata no seu dia-a-dia. Por exemplo, a partir da constatação de que o atendimento à saúde na comunidade deixa a desejar, os alunos podem fazer um estudo integrado envolvendo Ciências, Biologia, Matemática e Português, compondo um levantamento das doenças endêmicas e das principais causas de enfermidade e mortalidade no local. Podem entrevistar profissionais e autoridades da saúde, investigar práticas de saúde popular (ervateiros, benzedeiras, parteiras, curandeiros), produzir cartazes e vídeos para serem divulgados em associações e centros comunitários e nos meios de comunicação local. Essa ampliação curricular está diretamente associada à ampliação da jornada escolar.

Em escolas que já funcionam em horário integral, com atividades oferecidas por ONGs e outros parceiros no seu espaço e fora dele, o diálogo entre educadores escolares e educadores sociais torna as aulas mais interessantes, pois se relacionam ao cotidiano dos estudantes. A organização de um currículo escolar flexível, evitando uma compartimentalização rígida, significa torná-lo mais eficaz na aprendizagem do conjunto de conhecimentos que estruturam os saberes escolares essenciais. É somente a partir do **projeto político pedagógico** (ver p. 31), construído coletivamente, que a escola pode orientar e articular as ações e atividades propostas na perspectiva da

Educação Integral. A Educação Integral não é apenas algo baseado em princípios legais e valores sociais: visa responder aos desafios concretos da comunidade onde está inserida a escola.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

Ao tomar conhecimento da proposta curricular das escolas, dirigentes de todas as áreas podem articular-se, preparando-se para receber as visitas de estudantes às suas instituições. Por sua vez, também podem programar visitas à escola, para estimular ações conjuntas.

Os responsáveis pelas Secretarias de Educação promoverão capacitações para que os educadores possam exercitar-se na criação de situações de aprendizagem divertidas e desafiadoras, baseadas em problemas reais e na elaboração de projetos interdisciplinares, que resultem em produtos que a comunidade vê como úteis e benéficos.

Consequências para a escola

Analisar o currículo com olhos de quem vê a sua ligação com o real, com a **cidade educadora** (ver p. 9), é o desafio dos educadores em uma **escola-comunidade de aprendizagem** (ver p. 12). Com o propósito de desenvolver a **formação integral** (ver p. 26) dos estudantes, irão focalizar o desenvolvimento das competências em leitura crítica de textos e do mundo, assim como em expressão oral e escrita e na capacidade de utilizar o raciocínio para resolver problemas concretos. Isso deve acontecer sempre em articulação com outros agentes educativos da comunidade, com o objetivo de qualificar a ação dos alunos e fortalecer seu desenvolvimento como cidadãos.

Exemplos que fazem pensar

Quando o conhecimento transcende a sala de aula, a lousa e o livro didático



FOTO: FATIMA RODRIGUES
PREFEITURA DE OSASCO

www.educacao.
osasco.sp.gov.br

O município de **Osasco** vem desenvolvendo, desde 2006, uma política educacional que tem como diretrizes a democratização do acesso e a garantia da permanência na escola, a democratização da gestão, a valorização dos trabalhadores e a efetivação da qualidade social da educação.

Busca-se construir na rede municipal um projeto escolar comprometido com a realidade do aluno, incentivando uma prática curricular que possibilite o enfrentamento dos problemas e desafios locais, tornando a escola capaz de garantir que todos, adultos e crianças, apropriem-se dos conhecimentos produzidos pela humanidade e percebam como sujeitos da história. Assim, o município propõe uma Educação Cidadã, que considera o exercício da Leitura do Mundo, desde a infância, um direito de todos. O projeto da escola transcende os seus muros e mobiliza seus atores a dialogar com o mundo, a partir do conhecimento escolar produzido no seu interior. Esse movimento de integração da escola com o seu bairro, e do bairro com a escola potencializa o estabelecimento de uma ampla rede de relações e parcerias que muito contribui para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural das pessoas que dela fazem parte.

Ampliação

A adesão de Osasco ao Programa Mais Educação foi motivada pela convicção de que seus objetivos e pressupostos eram coerentes com os da Educação Cidadã. O Programa iniciou-se em abril de 2009, com o encontro, promovido pela Secretaria Municipal de Educação

— SME, de gestores das 14 unidades educacionais inicialmente envolvidas. Foram priorizados os alunos das últimas séries do ensino fundamental I, com dificuldades de aprendizagem e em situações de risco: casos de suspeita ou comprovação de exploração sexual, trabalho infantil, violência doméstica e abandono.

O programa começou com 100 alunos — o número mínimo exigido pelo MEC. Esta decisão permitiu às lideranças do município organizar melhor o Programa na cidade, conhecer a sua dinâmica, a nova rotina de trabalho e as dificuldades do cotidiano. No segundo ano, havia segurança para ousar um pouco mais, e o atendimento foi ampliado.

Formação

Para desenvolver as atividades da jornada ampliada, foram identificados monitores na própria comunidade, o que permitiu o estabelecimento de novas relações sociais de aprendizagem entre crianças e adultos, independentemente de profissão ou especialidade. A SME realizou uma formação com todos eles, reunindo-os no Centro de Formação Continuada dos Profissionais da Educação para a apresentação geral das ações consolidadas da Secretaria e a introdução aos estudos sobre Educação Integral. Em seguida, cada professora-coordenadora organizou a formação na sua escola, respeitando as características de cada uma. Na pauta, as seguintes ações: leitura do mundo através da incursão pelo bairro, análise do Projeto Eco-Político-Pedagógico (PEPP) da escola, leitura de textos sobre Educação Integral e planejamento

de atividades em consonância com o projeto da escola.

Através das videoconferências organizadas e transmitidas ao vivo pelo MEC, a SME conseguiu estabelecer uma relação muito próxima com o Ministério da Educação e se manter atualizada em relação às orientações da coordenação do programa.

Primeiros Frutos

Novo e desafiador, o Programa Mais Educação, em tão pouco tempo, já acena com resultados bastante significativos, como o fortalecimento das relações entre escola e comunidade, e a valorização e apropriação dos saberes locais pela escola. A dinâmica proposta permitiu a alguns alunos se perceberem sujeitos da própria aprendizagem, assumindo uma postura mais ativa diante das atividades e vivências. Ao criarem novos vínculos de amizade por meio de experiências lúdicas de aprendizagem, alguns alunos realizaram importantes avanços em leitura e escrita. “Meu filho me pediu até para lhe comprar um livro, após o empréstimo do livro *Menino Maluquinho*, feito a ele por uma monitora. Fiquei surpresa, pois ele só me pedia pipas ou brinquedos” (Claudia dos Santos, mãe do aluno Antonio, EMEF Professor Manoel Barbosa de Souza).

Os professores de ensino regular indicam avanços dos seus alunos em sala de aula e percebem a importância das atividades realizadas pelo Mais Educação. “A Ana Beatriz não se comunicava e, depois do Programa, passou a socializar-se com os demais colegas na classe e, agora, não para de falar, virou uma tagarela, [...] começou a ler e a escrever também” (professora Ana Pinho, 4ª série, EMEF Professor Manoel Barbosa de Souza). Conquistar a confiança e a credibilidade dos profissionais de ensino foi, talvez, o maior desafio para a implantação do Programa. “O Projeto Mais Educação impulsiona o aluno a seguir adiante. O caminho da alfabetização, que, para a maioria das crianças,

é sinuosa demais, torna-se agradável quando guiado por um projeto como esse, que norteia o melhor caminho a seguir e em que condições será essa caminhada. Juntos, ainda que em passos mais lentos, chegaremos lá” (professora Cristiane Almeida Saggiomo, 2º ano, EMEF Quintino Bocaiúva).

Apesar da complexa tarefa gestora que os diretores devem assumir diante das múltiplas funções sociais atribuídas à escola, as exigências e rotinas inerentes ao Mais Educação têm sido assimiladas pelos gestores como necessárias, dada a relevância dos objetivos que pretende alcançar. “O Programa Mais Educação tem sido positivo nas atividades e contribui para o desenvolvimento da criança” (diretora Valdirene Gonçalves, EMEF Professor Manoel Barbosa de Souza).

O Programa Mais Educação promove saberes diversos e colhe muitos frutos significativos, dos quais, talvez, os principais sejam a satisfação das crianças ao participarem das atividades e o olhar brilhante em busca de novas descobertas, de carinho, de atenção, de reconhecimento e valorização, busca esta que promove vínculos, aprendizagem, afeto e dignidade humana.

Por Priscila Yuri Yoshi, pedagoga, professora efetiva da rede municipal de Osasco, Supervisora de Ensino, coordenadora pedagógica do Projeto Escolinha do Futuro e coordenadora do Programa Mais Educação em Osasco (SP). Participaram da construção do texto-base: Alcir Caria, Ana Cristina dos Santos Maguini, Cintia Fernanda Vieira, Cristiana Santana da Silva, Jackeline de Fátima Castro da Silva, Kelly Cristina Betini Vieira Alves, Lúcia Conceição Leonardo dos Santos, Maria das Graças Alves da Silva, Maria Gorete Miranda Batista, Marta Maria de Araújo Carnietto, Michela Morales da Fonseca Almeida, Roseli Helena de Moura Alves, Roseli Maria Candido, Sandra Aparecida Rodrigues Soares Ajouri e Vanda Maria Rodrigues dos Santos.

Contato: priscilayuri@yahoo.com.br



1.4 Espaços Educadores Sustentáveis

A Educação Integral prevê uma nova relação entre tempos e espaços educativos e convida as escolas a se tornarem parceiras do desenvolvimento sustentável do município.

O conceito de Educação Integral vem de longe: ele já está presente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), que destaca a necessidade de a escola dialogar com as outras instituições sociais, para que os processos educativos por ela desenvolvidos não sigam por caminhos paralelos, mas possam dar-se as mãos. Para desenvolver um projeto comum, onde cada instituição possa compartilhar responsabilidades, inter-relacionar-se e transformar-se no encontro com o outro, a escola e demais instituições sociais podem ser orientadas a se constituir como uma **comunidade de aprendizagem** (ver p. 12).

Falar sobre Educação Integral implica considerar a questão das variáveis **tempo**, com referência à ampliação da jornada escolar, e **espaço**, com referência aos **territórios** (ver p. 30) em que cada escola está situada. Em outras palavras, trata-se de reconhecer em que rua, em que bairro, em que comunidade a escola está localizada e, também, como se integra à cultura local. Um novo olhar sobre tempos e espaços educativos resulta em novas oportunidades de aprendizagem. Amplia-se a sociabilidade e o diálogo das escolas com a comunidade local, regional, nacional e, graças à Internet, até com a comunidade global.

Alguns estudos que consideram a qualidade do ensino estão baseados nessa relação entre tempos e espaços educativos. Eles demonstram que ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens fará com que o acesso à educação pública – indispensável, mas não suficiente – seja complementado por medidas que garantam a *permanência* e a *aprendizagem* dessas crianças, adolescentes e jovens nas escolas.

Embora a Educação Integral deva realizar-se em tempo integral, nem toda escola onde os alunos permanecem entre 7 e 9 horas diárias oferece Educação Integral, pois não se trata apenas de tempo de permanência, mas de qualidade no aproveitamento desse tempo. Para que tal Educação exista, a escola deve estar ligada à **cidade** (ver p. 9) à qual pertence; ser e participar de uma **comunidade de aprendizagem** (ver p. 12) com um projeto comum, voltado à **formação integral** (ver p. 26) de todos os seus membros, com foco nas crianças, adolescentes e jovens. A Educação Integral não se restringe à ampliação do tempo que a criança ou o jovem passa na escola. Ela diz respeito à possibilidade de integração, registrada em seu **Projeto Político Pedagógico** (ver p. 31), e expressa por meio de um **currículo significativo** (ver p. 15), daquilo que ocorre na escola com outras ações educativas, culturais e lúdicas presentes no **território** (ver p. 35) e vinculadas ao processo formativo. Dessa forma, busca garantir às crianças, adolescentes e jovens o direito fundamental de circular pela cidade, apropriando-se dela, como condição de acesso às oportunidades, espaços e recursos existentes, como direito à ampliação contínua do repertório sociocultural e à expressão autônoma e crítica.

Ao ligar escola e comunidade, nas muitas e complexas possibilidades territoriais (ver p. 35) do seu modo de existir, a educação torna-se instrumento de democracia, possibilitando à criança, ao jovem e ao adulto entenderem a sociedade e participarem das decisões que afetam o lugar onde vivem, sua escola, seu bairro e sua vizinhança, tornando-se parceiros de seu desenvolvimento sustentável (ver p. 35).



Essa integração não se faz apenas pela possibilidade de deslocamento das atividades de *dentro* da escola para *fora* dela. Sair da escola não quer dizer simplesmente aprender os conteúdos curriculares em outro lugar, com uma aparência mais atrativa e moderna. Significa ir mais longe e abrir possibilidades concretas para que os assuntos que interessam às crianças e aos

jovens e aqueles assuntos que preocupam a comunidade passem a ser parte integrante do trabalho sistemático da escola.

A Educação Integral será a soma das condições de partida oferecidas pelos governantes (vide item abaixo) com o que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, dos alunos e das comunidades.



Um pouco de História

Educação Integral em Tempo Integral, na escola pública brasileira, do século XX ao XXI

Em 1932, os Pioneiros da Educação Nova, pensando na implementação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunham em seu Manifesto uma educação em que a escola “desse às crianças um programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vivia”. Anísio Teixeira colocou essa concepção em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado em Salvador, na Bahia, na década de 1950. Nesse Centro, encontramos as atividades, historicamente entendidas como escolares, sendo trabalhadas nas Escolas-Classe, bem como outra série de atividades acontecendo em outros espaços que o educador denominou de Escola-Parque.

Na década de 1960, a fundação da cidade de Brasília trouxe consigo vários centros educacionais construídos nessa mesma perspectiva. Anísio Teixeira, na presidência do INEP, foi convocado pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para coordenar a comissão encarregada de criar o “Plano Humano” de Brasília, juntamente

com Darcy Ribeiro, Cyro dos Anjos e outros expoentes da educação brasileira. A comissão organizou o Sistema Educacional da capital que o então Presidente da República pretendia tornar o modelo educacional para todo o Brasil. O sistema educacional elaborado criou a Universidade de Brasília e o Plano para a Educação Básica. Para o nível educacional elementar, foi concebido um modelo de Educação Integral inspirado no modelo de Salvador, já mais evoluído.

Em Brasília, as primeiras quatro superquadras, onde hoje está situado o centro histórico da cidade, receberam, cada uma, uma “Escola-Classe” e Jardins de Infância. Na superquadra 308 Sul foi construída a “Escola-Parque” destinada a receber os alunos das “Escolas-Classe”, no turno complementar, para o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas, artísticas e culturais. Todas as escolas citadas foram projetadas por Niemeyer e tinham a capacidade de atender os cerca de 30 mil habitantes residentes nas quatro superquadras iniciais.

Na década de 1980, a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs – constituiu-se como uma das

mais polêmicas implantações de Educação Integral realizadas no país. Concebidos por Darcy Ribeiro, a partir da experiência de Anísio Teixeira, com projeto de Oscar Niemeyer, foram construídos aproximadamente quinhentos prédios escolares durante os dois governos de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Sua estrutura permitia abrigar o que se denominava como “Escola Integral em horário integral”. Vários estudos foram realizados sobre essa experiência, apresentando seus aspectos inovadores e também suas fragilidades.

A experiência dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), instituída por Decreto Municipal, vivida na cidade de São Paulo (2000-2004), se faz presente no debate, mesmo que não pretendesse o tempo integral. Sua importância pode ser reconhecida com base nos estudos de Santos (2004), ao destacar o objetivo de articular os atendimentos de creche, educação infantil e fundamental, o desenvolvimento de atividades educacionais, recreativas e culturais, em um mesmo espaço físico, com a perspectiva de que os centros se constituíssem em experiências de convivência comunitária.

Como vemos, nosso país vem, ao longo dos anos, construindo um projeto educacional onde a ideia de educação integral em tempo integral aos poucos se concretiza. É um processo não-linear, com retrocessos e interrupções causadas pelas descontinuidades político-administrativas. Como diz o II Pronunciamento Latino-Americano por uma Educação Para Todos (documento redigido por Rosa Maria TORRES e Miguel SOLER, 2010, e aprovado por educadores de 8 países latino-americanos), “Os governos variam, deslegitimam o realizado por governos anteriores e amiúde destroem avanços que haviam requerido ingentes recursos e muitos anos de fé e de empenho”. Mesmo assim, não se perde o fio da meada. Nesse início do século XXI, estamos ligados aos Pioneiros da Escola Nova, a Anísio Teixeira, a Paulo Freire e aos que na década de 60 já tentavam fazer uma educação conscientizadora e emancipatória. Você, leitor ou leitora, faz parte dessa caminhada secular, onde apesar de tudo avançamos, em aliança permanente com o povo, na realização do direito de todos à educação de qualidade.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

A Educação Integral exige dos governantes ações concretas de oferta dos serviços públicos requeridos para atenção integral, conjugada à proteção social. Isto pressupõe políticas integradas (intersetoriais, transversais) que considerem, além da educação, outras demandas, articuladas com desenvolvimento social, saúde, esporte, inclusão digital e cultura.

A Educação Integral pressupõe trabalho **intersetorial** (ver p. 28), recursos para

formação de seus agentes e meios para os estudantes e docentes se deslocarem pelos diferentes espaços da cidade. Veja Manual do **Programa Mais Educação**.

Consequências para a escola

Para desenvolver uma Educação Integral, é importante que a escola tome consciência do seu potencial, como parte e articuladora de ações que juntam vida, conhecimento e capacidade de fazer as coisas acontecerem. A participação dos estudantes em projetos interdisciplinares focalizando o equacionamento de problemas comunitários é um caminho fecundo.

<http://portal.mec.gov.br/secad/programase-acoess/maiseducacao>

Exemplos que fazem pensar

Da Escola em Tempo Integral à Educação Integral na Escola

Tudo começou em 2003, quando um grupo com diferentes profissionais reuniu-se para realizar uma análise crítica da política educacional então vigente no município de Palmas (TO). No ano seguinte, o grupo apresentou um documento expressando o conjunto de propostas do plano do novo governo municipal. Inicialmente, a temática Educação Integral não foi objeto das discussões do grupo. A intenção primeira era construir duas escolas padrão, com ampliação da jornada escolar para, no mínimo, 8 horas diárias.

O governo municipal tinha como prioridade oferecer às crianças das camadas populares condições de aprendizagem, de enriquecimento cultural e de engajamento na luta por mudança social, com acesso a uma escola pública de qualidade e ao conjunto de saberes e oportunidades disponíveis aos demais extratos sociais. Assim, em janeiro de 2005 foi criado, no âmbito da Secretaria de Educação e Cultura (SEMEC, na ocasião), o Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão da Educação, com participação de professores da educação básica e do ensino superior (das universidades locais), engenheiros, arquitetos, membro do Conselho Municipal de Educação e ambientalistas, além do corpo técnico-administrativo da SEMEC. A responsabilidade dessa equipe consistia em discutir e conceber coletivamente os tempos e espaços de aprendizagem da Escola em Tempo Integral de Palmas, definindo o seu projeto arquitetônico (com 8.200 m² de área a ser construída) e a sua Proposta Pedagógica. Esta última baseava-se na concepção de escola em tempo integral como local de articulação do saber universal, propiciando o crescimento individual na medida em que garante a apropriação do conhecimento produzi-

do e sistematizado e o crescimento coletivo. Um crescimento que se evidencia na busca de soluções para os problemas da população beneficiária.

Preparação

Para construir uma Proposta Pedagógica que abarcasse o direito a uma educação igualitária e equitativa, o grupo de estudos reuniu-se semanalmente, buscando compreender a maneira pela qual a concepção de Educação Integral se desenvolve no Brasil. Além de embasamento teórico, a elaboração da Proposta envolveu conhecer experiências de Educação Integral em desenvolvimento em cidades como Pato Branco e Cascavel, no Paraná, nos Centros Educacionais Unificados (CEU) de São Paulo e no CIEP Trajano de Moraes, no Rio de Janeiro. As visitas tinham por objetivo conhecer os aspectos centrais das propostas pedagógicas e arquitetônicas, bem como confrontar as diversas experiências com a literatura disponível e com as questões demandadas pela população de Palmas.

Desafio

O desafio consistia em articular espaços arquitetônicos e tempos pedagógicos em um projeto de Escola de Tempo Integral. A estrutura física dessa escola é composta por 20 salas de aulas, quatro laboratórios (informática, artes, ciências e matemática), complexo esportivo (salas de dança, artes marciais e xadrez), refeitório, biblioteca, quadra de esportes coberta, campo de futebol, duas piscinas, consultório odontológico e auditório. Um local que não poderia ser reduzido a um somatório de salas de aulas ou de espaços onde os professores, na solidão individual do fazer pedagógico, desenvolvem suas atividades.



Apostando na possibilidade de articulação, o grupo de estudos e a equipe diretiva da primeira Escola Municipal de Tempo Integral buscaram estruturar coletivamente uma proposta consistente, em que as crianças teriam uma jornada escolar de, em média, oito horas, contanto que a quantidade de tempo diário de escolarização representasse a possibilidade de a escola oferecer mais do que o domínio da leitura, do cálculo e da escrita, ou seja, mais do que o currículo mínimo do ensino fundamental: uma educação que valorizasse os aspectos culturais, artísticos, esportivos, o lazer e a interação com o meio ambiente, para que os estudantes, a partir dessas relações, pudessem reconstruir sua história e a de sua comunidade.

Currículo crítico

A equipe pedagógica da Escola de Tempo Integral se propôs a construir um currículo crítico, capaz de instrumentar os alunos para enfrentarem os problemas inerentes à formação de uma nova ordem social. Em termos metodológicos, o currículo almeja pautar-se em encaminhamentos que contemplem: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e leitura, pesquisa e avaliação enquanto processos contínuos e de caráter diagnóstico-formativo. Além disso, uma Educação problematizadora requer postura democrática no encaminhamento dos trabalhos, no lugar de atitudes rígidas e inflexíveis por parte dos educadores.

Para as áreas de artes, esportes, lazer, assistência social, meio ambiente, tecnologias e outras, previu-se a abertura de editais públicos de seleção de profissionais formados, objetivando assegurar a integralidade curricular e agregando assim diferentes saberes construídos por meio de processo formal e informal (instituições eclesiais, ONGs, movimentos sociais, associações esportivas, culturais etc.).

Enfim...

A implantação da Escola de Tempo Integral em Palmas é um processo que envolve a participação da comunidade na formulação, acompanhamento, implementação e avaliação de políticas públicas em educação. Isto se dá numa sociedade complexa e diferenciada, buscando instituir mecanismos que permitam a inserção dos estudantes nessa nova realidade e aumentem sua compreensão de como superar as dificuldades e os obstáculos, assim como sua participação nas decisões mais complexas.

Inicialmente, a proposta visava atender em período integral 760 crianças e jovens, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Frente às expectativas geradas na comunidade, a proposta foi alterada de modo a atender 1.200 crianças em 9 horas e meia de atividades diárias, melhorando a expansão do benefício face aos investimentos realizados. Quatro mil crianças e jovens das escolas próximas têm acesso às atividades complementares da estrutura curricular. A experiência da implantação de uma escola padrão em tempo integral ganhou forte adesão da comunidade e impulsionou a definição de uma política de Educação Integral, levando em conta a importância da intersetorialidade das políticas públicas e a articulação da escola com outros espaços públicos de aprendizagens, governamentais e não-governamentais, com forte participação popular. Uma proposta em que a jornada escolar em horário expandido representa a ampliação de oportunidades e de situações que promovem aprendizagens significativas e emancipadoras.

Por Roneidi Pereira de Sá Alves, professora de Educação Básica, Diretora de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal da Educação e Coordenadora do Programa Mais Educação da Rede Municipal de Ensino de Palmas (TO).

Contato: roneidisa@yahoo.com.br



1.5 Ampliar o tempo de aprendizagem e expandir a sua qualidade



Educação Integral é aprendizagem (prazerosa) em tempo integral.

Como dissemos, a extensão do horário escolar, por si só, não garante o incremento qualitativo do ensino.

Aumentar a jornada de trabalho escolar dos alunos em disciplinas específicas, como Matemática ou Língua Portuguesa, oferecendo apenas *mais do mesmo*, gera hiperescolarização, com efeitos negativos.

Da mesma forma, a ampliação da jornada não pode ficar restrita à lógica da divisão em turnos, pois isso pode significar uma diferenciação explícita entre um tempo de escolarização formal, em sala de aula, com todas as dimensões e ordenações pedagógicas, e outro tempo, sem compromissos educativos, ou seja, mais parecendo um passatempo para a criança e o jovem do que algo que possa melhorar sua educação.

No entanto, a expansão do tempo escolar tem o potencial de incrementar a qualidade da educação (CAVALIERI, 2002), desde que essa extensão se traduza em uma conjunção qualitativa de trabalhos educativos, para que o *aumento da corda do tempo consiga redimensionar o espaço da escola* (COELHO, 1996).

A formulação de uma proposta de Educação Integral implica ampliação **qualificada** do tempo, mesclando atividades educativas diferenciadas. Ao fazê-lo, contribui para a **formação integral** (ver. p. 26) do aluno, superando a fragmentação, o estreitamento curricular e a lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempos rígidos. Nesse sentido, entende-se que a *extensão* do tempo – quantidade – deve ser acompanhada por uma *intensidade* do tempo – qualidade – nas atividades que constituem a jornada ampliada na instituição escolar.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

Para que a escola em tempo integral possa realmente oferecer Educação Integral às crianças, adolescentes e jovens, é preciso que governantes e lideranças sociais encontrem meios de promover o diálogo profissional entre educadores que atuam na escola e educadores que atuam em outros espaços educativos da cidade, para que eles elaborem em conjunto o Projeto Político Pedagógico e desenhem cooperativamente projetos de aprendizagem. Deve-se prever cursos de formação para os professores e gestores, para que possam integrar as atividades na escola com as desenvolvidas por outros educadores que atuam fora do espaço escolar. É importante articular-se com uma das 43 universidades parceiras do Programa Mais Educação que oferecem capacitações em Educação Integral.

Consequências para a escola

A ampliação da jornada, na perspectiva da Educação Integral, auxilia as instituições educacionais a repensar suas práticas e procedimentos, a construir novas organizações curriculares voltadas para concepções de aprendizagens como um conjunto de práticas e significados multirreferenciados, inter-relacionais e contextualizados. Neles, a ação educativa terá como meta tentar compreender e modificar situações concretas do mundo. Em síntese, trata-se de aprender a entender e a saber como melhorar o mundo em que se vive.

Exemplos que fazem pensar

Mais Cultura, Educação e Autoestima

A Escola Técnica Estadual Newton Sucupira, localizada em uma área arborizada do bairro de Mussurunga, Salvador (BA), passou por um período de transformação nos anos 80, durante a turbulenta fase educacional que o Brasil enfrentou na reformulação do Ensino Técnico, em que se discutiam avanços significativos na área de educação e trabalho (Kuenzer, 1988, p.89). Com isso, foi consolidado o Ensino Técnico na escola, oficialmente confirmado em 22 de outubro de 1982.

Ao longo dos anos, a escola vem realizando inúmeras parcerias com empresas privadas e estatais no sentido de qualificar o que é construído pedagogicamente em seu interior, numa relação afinada entre teoria e prática, fundada no conceito de práxis.

A escola busca elevar o nível cultural dos seus jovens estudantes, apoiada no Programa Mais Educação do Governo

Federal. Por meio das atividades de Hip Hop, aumentou a autoestima dos estudantes. Afinal, o Hip Hop é uma manifestação da juventude e um movimento de formação humana e conhecimento da sociedade, onde a realidade dos atores na escola está inserida. Além do incentivo às iniciativas pedagógicas, a taxa de evasão diminuiu e a taxa de aprovação aumentou.

Atribuimos a essa atividade grande crédito no desenvolvimento dos estudantes, tendo ampliado a jornada escolar, visto que o Programa caminha para uma Educação Integral de Tempo Integral. Hoje, a Escola Técnica Estadual Newton Sucupira busca a melhoria do Programa Mais Educação, juntamente com os profissionais envolvidos na busca do ensino de qualidade.

Por Ruy Braga, gestor da Escola Técnica Estadual Newton Sucupira

Contato: profruybraga@yahoo.com.br

Veja também exemplo de Olinda, página 13

Agora é com você

Conhece alguma escola onde as atividades que ampliam a jornada escolar sejam integradas ao currículo, enriquecendo-o e tornando-o mais significativo?

1.6 Formar Integralmente

Educação Integral envolve formar e informar, o tempo todo, rumo a ações transformadoras.



Pode-se dizer, como GUARÁ (2006), que a perspectiva humanística da educação como formação integral implica compreender e dar significado ao processo educativo, como condição para ampliar as possibilidades de desenvolvimento humano. Diz a autora que para garantir a qualidade da educação básica é preciso considerar que a aprendizagem dos conteúdos curriculares pelas crianças e adolescentes deve possibilitar uma ligação concreta entre eles, sua vida



e sua comunidade. Para dar conta dessa qualidade, é necessário que o conjunto de conhecimentos sistematizados e organizados no currículo escolar também inclua práticas, habilidades, costumes, crenças e valores que estão na base da vida cotidiana dos alunos. Articulados ao saber acadêmico, esses conhecimentos constituem o currículo necessário à vida em sociedade.

A escola desempenha um papel fundamental no processo de construção e de difusão do conhecimento. Ela é o local do diálogo entre as experiências comunitárias e seus diferentes saberes, e os saberes que foram sistematizados historicamente pela sociedade em campos de conhecimento. Nessa posição, a escola pode elaborar novas abordagens, selecionar novos conteúdos e

articular novos currículos. E não apenas isso: pode contribuir para mudanças positivas em valores, atitudes e comportamentos. Assim, o desenvolvimento integral dos estudantes não é responsabilidade exclusiva das escolas, mas também de suas comunidades, porque somente juntas podem ressignificar suas práticas e saberes.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

Governantes e lideranças sociais são responsáveis por promover o diálogo entre o poder público, a comunidade escolar e a sociedade civil, para assegurar o compromisso coletivo de construção de um projeto de Educação Integral que estimule o respeito aos direitos humanos e o exercício da democracia, com a participação qualificada dos alunos nos processos de discussão de como agir para melhorar suas sociedades.

Consequências para a escola

A instituição escolar é desafiada a reconhecer os saberes da comunidade, para, com eles, promover uma constante e fértil transformação tanto dos conteúdos escolares quanto da vida social.

A relação escola e comunidade pode ser marcada pela experiência de diálogo, de trocas, de construção de saberes e pela possibilidade de, juntas, formarem uma comunidade de aprendizagem. Com isso, a interação entre as pessoas que atuam na escola e as que vivem na comunidade pode auxiliar a superação de preconceitos, muitos deles calcados em estereótipos de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual e geracional, dentre outros.

1.7 Garantir Intersetorialidade e Governança

Educação Integral exige que governantes cooperem.

Para a concretização da Educação Integral em Jornada Ampliada, com foco na qualidade da aprendizagem, é fundamental a intervenção do Poder Público - governos federal, estaduais e municipais - na orquestração das ações de diferentes áreas sociais. Cabe ao Estado, em seus três níveis, o planejamento, a coordenação da implementação, o monitoramento e a avaliação das ações pedagógicas que ocorrem no espaço e tempo escolares e em outros espaços socioeducativos.



Para tanto, dois conceitos podem contribuir para o entendimento da atual proposta de Educação Integral: **intersectorialidade** e **governança**. Para haver intersectorialidade, segundo SPOSATI (2006), é preciso, primeiro, haver setorialidade: Educação, Saúde, Cultura, Esportes, Desenvolvimento Social têm valor em si mesmos, o que não descaracteriza as áreas integradas. A setorialidade tem-se apresentado como elemento de poder na disputa por recursos e espaços para a construção de políticas públicas específicas e eficientes.

Para o debate acerca da Educação Integral, do ponto de vista das ações preconizadas

pelo Ministério da Educação, a intersectorialidade impõe-se como necessidade e tarefa. Isso se deve ao reconhecimento da desarticulação institucional e da pulverização na oferta das **políticas sociais** (ver p. 26). Mas se deve também ao passo seguinte desse reconhecimento: articular os componentes materiais e ideais que qualifiquem essas políticas. Por isso, é preciso ressaltar a intersectorialidade como característica de uma nova geração de políticas públicas que orientam a formulação de uma proposta de Educação Integral e contribuem para a boa governança.

Governança, segundo DINIZ (1997, apud Santos Júnior 2001, p. 55), envolve *capacidade de coordenação do Estado entre as distintas políticas e os diferentes interesses em jogo, capacidade de comando e de direção do Estado e capacidade de implementação*.

A governança também torna mais transparentes as relações entre Estado e sociedade e contribui para que o Estado seja capaz de responder adequadamente às demandas sociais, implementando intervenções ajustadas à resolução dos problemas diagnosticados.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

A governança requer, do Estado, a capacidade de coordenar os atores sociais e políticos envolvidos, dotados de poder e legitimidade no processo decisório de políticas públicas. Além de fortalecer contextos democráticos, deve poder alcançar objetivos comuns a um menor custo, o que potencializa novas ações. Para tanto, a atuação intersectorial é indispensável. Assim, para oferecer Educação Integral

1.8 Humanizar Políticas Sociais e Educacionais

Educação Integral traz o ser humano para o centro das políticas públicas.

Veja o exemplo de Olinda, Pernambuco, página 13

Políticas sociais são conjuntos de ações desenvolvidas pelo Estado para realizar os direitos que a lei assegura a todos os cidadãos – à educação, à saúde, ao esporte, ao trabalho, à habitação, à segurança, à segurança alimentar, ao transporte, à informação e a todos os demais direitos. Essas políticas ampliam a liberdade das pessoas, que podem agir conforme o próprio arbítrio, dada a presença de mecanismos de justiça e correção de desigualdades do Estado de Direito. O Estado brasileiro vem desenvolvendo políticas redistributivas no combate à pobreza, mas são as políticas educacionais as mais importantes quando se deseja romper o ciclo de pobreza e de destruição ambiental. Uma **educação** de qualidade, **integral** e em **tempo integral** possibilita aos cidadãos compreenderem as causas das injustiças sociais, das discriminações e das consequências do consumismo desenfreado e desenvolverem as competências necessárias para transformar essa realidade.

Tornar realidade a Educação Integral, com intersetorialidade e governança, é humanizar as políticas sociais e educacionais, colocando no centro o ser humano e, em

especial, as crianças, os adolescentes, os jovens e seus educadores.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

Entender que o desafio da Educação hoje é realizar seu compromisso ético com a inclusão social. Para isso, devem promover articulações e convivências entre programas e serviços públicos, expandindo as ações educativas para além da escola, ao mesmo tempo em que dá centralidade à educação e a seus profissionais, que são os principais articuladores dessas ações.

Consequências para a escola

A clareza sobre a função social da escola faz com que melhore o autoconceito dos educadores, como os principais responsáveis pelo elemento chave da ampliação e garantia dos demais direitos humanos e sociais, ao mesmo tempo em que se conscientizam de que devem atuar em cooperação com outros agentes educativos em presença no território.

Agora é com você

Como as políticas públicas sociais e educacionais se articulam para atender às crianças, adolescentes e jovens em sua cidade?

1.9 Fazer a Educação Integral correr nas veias da escola: o Projeto Político Pedagógico (PPP)

Fazer Educação Integral deve ser uma escolha livre e consciente da comunidade de aprendizagem.

O PPP reflete um consenso quanto aos valores que uma escola pretende disseminar, ao tipo de cidadão que pretende formar, aos objetivos e metas educacionais que pretende alcançar, por meio de quais metodologias, contando com quais recursos e com quais aliados. Tal consenso é geralmente construído em reuniões realizadas no início do ano letivo, com a participação de todos os professores, gestores e funcionários, bem como dos representantes dos alunos, dos familiares e das organizações e movimentos que apóiam a escola. Essas reuniões de planejamento baseiam-se em um diagnóstico que levanta os principais desafios a serem enfrentados pela escola e as forças com que ela pode contar.

A escola participa da **comunidade de aprendizagem** (ver p. 12) mais ampla da qual fazem parte outras agências educativas da cidade e as organizações governamentais responsáveis por garantir o atendimento integral a crianças, adolescentes e jovens. Para que a Educação Integral entre na corrente sanguínea da escola, a comunidade de aprendizagem deve ser envolvida nas reuniões de planejamento das quais resulta o PPP. Não apenas o conselho escolar e o grêmio estudantil devem estar presentes, mas também representantes das Secretarias de governo responsáveis pelas políticas sociais que viabilizam as políticas educacionais, das associações de pais, de moradores e de outros grupos constituídos na comunidade que queiram participar, solidariamente, do projeto escolar. Pode ser convidado também um amplo leque de representantes de conselhos – de idosos, de movimentos negros, ambientais, artísticos, de mulheres e outros – e de instituições como Fundações e Universidades.

No que concerne a um projeto de Educação

Integral, o Projeto Político Pedagógico, pensado sob a lógica da vivência democrática, deve reunir sujeitos diversos, agregando valores socioculturais significativos à formação completa do aluno. O encontro de diferenças e de diferentes conduz a diálogos, que são experiências comunicativas indispensáveis a uma educação que se quer integral e integradora. E assim torna-se possível articular atividades de aprendizagem na escola e fora dela, construindo um **currículo significativo** (ver p. 15).



Contextualizado nos objetivos e metas gerais que caracterizam uma atuação sistêmica, articulada, o projeto pedagógico deve preocupar-se com o planejamento das atividades cotidianas da escola. Deve prever as possibilidades de interação com a comunidade e com a cidade por meio de visitas a museus, parques, zonas de baixa renda da periferia das regiões metropolitanas, bem como zonas centrais e bairros de alta renda, autodenominados, reveladoramente, “nobres”. Quando possível, o planejamento deve incluir também comunidades indí-

genas e quilombolas. A participação de colaboradores da comunidade em que está inserida a escola em atividades pedagógicas extraclasse deve ser estimulada, sob a supervisão dos profissionais da educação. Outros aspectos importantes referem-se: 1) à definição dos critérios para avaliação sistemática do planejado e do realizado; 2) à previsão da formação continuada dos educadores e, enfim, 3) a tudo aquilo que diz respeito à promoção do aprendizado e bem-estar dos atores escolares.

Consequências para os governantes e lideranças sociais

A escolha de diretores e coordenadores pedagógicos por critérios técnicos é essencial, pois esses profissionais lideram o complexo processo de mobilização, articulação, debate de ideias, decisão e planejamento, que resulta no PPP de cada escola.

Consequências para a escola

O Projeto Político Pedagógico tem por princípio superar a recorrente divisão social do trabalho e as práticas autoritárias frequentemente existentes na escola. Nesse sentido, cabe às direções potencializar a participação social.

A necessária construção de projetos político pedagógicos requer estratégia de mobilização, para que os processos educativos sejam pensados por meio da construção de redes socioeducativas, a partir da relação de diálogo aberto entre a escola e a comunidade. Nesses projetos, a escola tem o papel de sede e centro, mas o fluxo de saberes vai além, em busca de valores, conhecimentos, experiências e recursos disponíveis localmente: nas universidades, em instituições de educação não-formal, nas escolas técnicas, nas empresas, nas ONGs, nos movimentos sociais e nas pessoas, em geral.

Exemplos que fazem pensar

A escola que se refez

Quando, em 2008, a escola Nicodemos Neves, de João Pessoa, Paraíba, foi convidada pela Secretaria Municipal de Educação - SME a participar do Programa Mais Educação, a reação da diretora, professora Maria do Carmo Rabelo Lima, foi de alegria e apreensão. É que o prédio da escola havia sido interditado por problemas estruturais e passava por uma ampla reforma. Alunos e professores compartilhavam um galpão dividido por placas de madeira, sem nenhum espaço externo, cantina ou pátio e localizado bem longe da comunidade atendida. O IDEB estava muito baixo e os pais solicitavam transferência dos filhos para escolas mais próximas e com melhor estrutura. Com matrícula em queda, a escola contava com 370 alunos apenas.

Sensibilização

A Equipe do Mais Educação da SME sugeriu à diretora que reunisse o conselho escolar, apresentasse o Programa e buscasse soluções. Ela fez mais. Promoveu um grande encontro entre funcionários, professores, alunos, famílias e pessoas da comunidade. Falou do baixo IDEB, do quanto a escola estava perdendo e de como o Mais Educação poderia melhorar a qualidade da educação. Juntos, discutiram que atividades deveriam ser escolhidas na ampliação da jornada e que espaços do entorno do galpão onde funcionava a escola poderiam ser aproveitados para realizá-las. Uma educadora da escola foi indicada para ser a professora comunitária, por sua capacidade de articulação com todos da escola e com a comunidade.



O mais importante, naquele momento, foi a sensibilização da comunidade escolar para o novo: a proposta de Educação Integral. Foram inscritos 175 alunos, número máximo que os espaços arranjados poderiam abrigar.

Em seguida, estudantes de universidades inscreveram-se para participar do Programa como monitores, apresentando planos de trabalho. A professora comunitária promoveu, então, um planejamento com o corpo docente para discutir esses planos e juntos decidir quais deles melhor atenderiam às demandas e dificuldades da escola. Escolhidos os monitores, organizou-se um novo encontro entre eles, os professores e outras pessoas interessadas, para planejamento em conjunto.

Superação

As maiores dificuldades, no início, foram a falta de banheiros, principalmente, e a falta de espaço interno para promover o almoço e para os alunos descansarem no intervalo das 12h às 13h. Outro ponto difícil foi priorizar o público inscrito, pois todos os alunos queriam participar das atividades.

Mas logo a reforma do prédio da escola foi concluída. Espaços foram adequados à rotina do Mais Educação. Cresceu o envolvimento de toda a comunidade escolar nas atividades, bem como o entusiasmo dos alunos com a nova forma de educação. Com isso a procura por matrícula cresceu dramaticamente de um ano para outro. De 370 em 2008, passou-se para 1.000 alunos em 2009. Infelizmente, nem todos podem participar do Programa como desejariam, pela falta de espaços na escola e no seu entorno. No exercício de 2009, foram inscritos 275 alunos.

Diante das mudanças provocadas pela dinâmica do Programa, durante um dos planejamentos, já em 2009, a comunida-

de escolar decidiu que estava na hora de atualizar o Projeto Político Pedagógico da escola. O processo ainda está em andamento, mas tem a participação de funcionários, direção, professores, pais de alunos, alunos, pessoas da comunidade. Todos opinam, avaliam e planejam, fato inédito naquela unidade de ensino.

Projetos

Atualmente, os monitores planejam semanalmente com as professoras comunitárias e também participam do planejamento da escola, que acontece uma vez por mês. Essa reunião, com duração de oito horas, conta com a participação de todos os atores da escola. Para atender aos pedidos dos alunos que não participam do Programa, a comunidade escolar elegeu o trabalho com projetos. O tema, comum para todos, é sugerido na reunião geral de planejamento, desenvolvido durante um mês pelos estudantes, de acordo com sua idade e competência, envolvendo pais e pessoas da comunidade. Os resultados são apresentados pelos alunos em uma culminância para toda a comunidade escolar.

Essa nova abordagem fez com que os alunos melhorassem consideravelmente em disciplina e principalmente em aprendizado. O IDEB da escola passou de 2,5 em 2007 para 3,8 em 2009.

É evidente o avanço da escola em todos os sentidos. Os depoimentos sobre o assunto são emocionantes, a integração de todos os atores é contagiante, o processo de avaliação das ações é contínuo e provoca mudanças importantes no processo educativo. O que é aprendido em sala de aula aproxima-se cada vez mais do que é aprendido nos demais espaços educativos, no cotidiano dos alunos. Oficinas como a de Letramento têm trazido os saberes dos alunos e de sua comunidade para a escola, possibi-



1.10 Pensar o território e criar territorialidade

Fazer Educação Integral é tornar o território a plataforma de uma vida mais plena.

As coisas acontecem em um determinado lugar: a escola. Esta, por sua vez, não está num espaço qualquer: ela faz parte de uma comunidade, em um bairro, que se articula com outros para compor uma cidade. A este lugar, onde se encontra a escola, chamamos **território**, o **lugar** onde as pessoas vivem e agem.

É nesse território que nós estabelecemos laços que definem as relações de trabalho, a convivência com outras pessoas, construímos teias que envolvem elementos simbólicos, de ética, de moral, de comportamento, de cultura, de conceitos estéticos, formando um conjunto que revela o sentido do que significa viver em sociedade. Pertencemos a um território, o guardamos, o habitamos e nos impregnamos dele para realizar-nos como indivíduos, como seres sociais, como coletividade.

Territorializar políticas públicas é buscar soluções locais, articulando as iniciativas de diferentes setores públicos e despertando as forças positivas que existem no território. Dentre essas forças, está a da escola, com seus estudantes, famílias e educadores. Expandindo e qualificando tempos e espaços de aprendizagem, a Educação Integral cria sustentabilidade, definida por BRANDÃO como *uma nova maneira igualitária, livre, justa, inclusiva e solidária de as pessoas se unirem para contruírem os seus modos de vida social, ao mesmo tempo em que lidam, manejam ou transformam sustentavelmente os ambientes sociais onde vivem e de que dependem para viver e conviver.* (2008, p. 136)

Consequências para os governantes e lideranças sociais

Pensar as políticas públicas em termos de territórios e das dinâmicas que os sustentam é substituir a disputa política menor pela colaboração em prol de um bem maior, o interesse coletivo, dando respostas integradas aos problemas que os cidadãos e cidadãs enfrentam.



Consequências para a escola

A escola precisa conhecer o território no qual se situa e de que faz parte, e perceber que ela também é, em si mesma, um território apropriado por diferentes grupos e interpretado de diferentes formas. Isto pode gerar tensões e conflitos, que devemos aprender a administrar, transformando-os em oportunidades de crescimento e em diálogos enriquecedores.

Mais oportunidades e mais alegria para crianças socialmente vulneráveis

A Escola Municipal Nazaré Dourado serve à comunidade de bairros pobres da cidade de Rio Branco, estado do Acre: Xavier Maia, Wanderley Dantas, Alto Alegre, Apolônio Sales e Placas. É um território que ainda oferece poucas oportunidades de lazer e diversão aos seus moradores, em sua maioria famílias de baixa renda e onde a minoria de classe média também sofre com muitos problemas sociais.

A escola tem matriculados 546 alunos. Destes, 150 são atendidos pelo Programa Mais Educação, que trouxe a possibilidade de melhorar a qualidade do ensino, proporcionar aos alunos cujos pais trabalham fora, e não têm com quem ficar, uma educação em tempo integral e também reforçar a aprendizagem daqueles que têm alguma dificuldade. Sua implantação na escola exigiu enfrentar grandes desafios. Faltava lugar na escola para acolher ao mesmo tempo os alunos do turno regular e os do Mais Educação e os espaços comunitários eram também escassos. Em alguns momentos, faltaram monitores capacitados para a realização das oficinas.

Conquistas

Mas problemas existem para serem superados. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, foi construído um espaço (um chapéu de telhas) para a realização de atividades. A Secretaria também adquiriu um ônibus adaptado, para atender às crianças nas visitas e atividades realizadas fora da escola.

Os resultados já alcançados são promissores. O Mais Educação tem ajudado

a escola a proporcionar a muitos dos alunos uma melhor aprendizagem, além de mais alegria e integração na convivência social com a família, a escola e a comunidade. A ampliação do tempo de permanência na escola expande o bem-estar das crianças e atende a um conjunto de necessidades relativas à aprendizagem significativa, alimentação saudável, prevenção de doenças, recreação e atividades culturais.

O Programa tem afastado as crianças do mercado de trabalho informal e dos trabalhos domésticos, protegendo-as da exploração sexual. Na escola, estão livres desses riscos, aos cuidados de um grupo de pessoas responsáveis e comprometidas com seu desenvolvimento.

A prática de educar de modo integral proporciona a realização das potencialidades de cada criança para que possa evoluir plenamente, conectando suas diversas dimensões (cognitiva, afetiva, ética, social, lúdica, estética, física e biológica). Configuram-se processos de criação social, cultural e pedagógica que propõem novas leituras do tempo escolar e do próprio significado da existência da instituição escolar.

O desejo da escola é, no futuro, poder atender em tempo integral a todas as crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Por Vômea Maria de Araújo, diretora da Escola de Ensino Fundamental Professora Nazaré Dourado Souza dos Santos, em Rio Branco (AC).

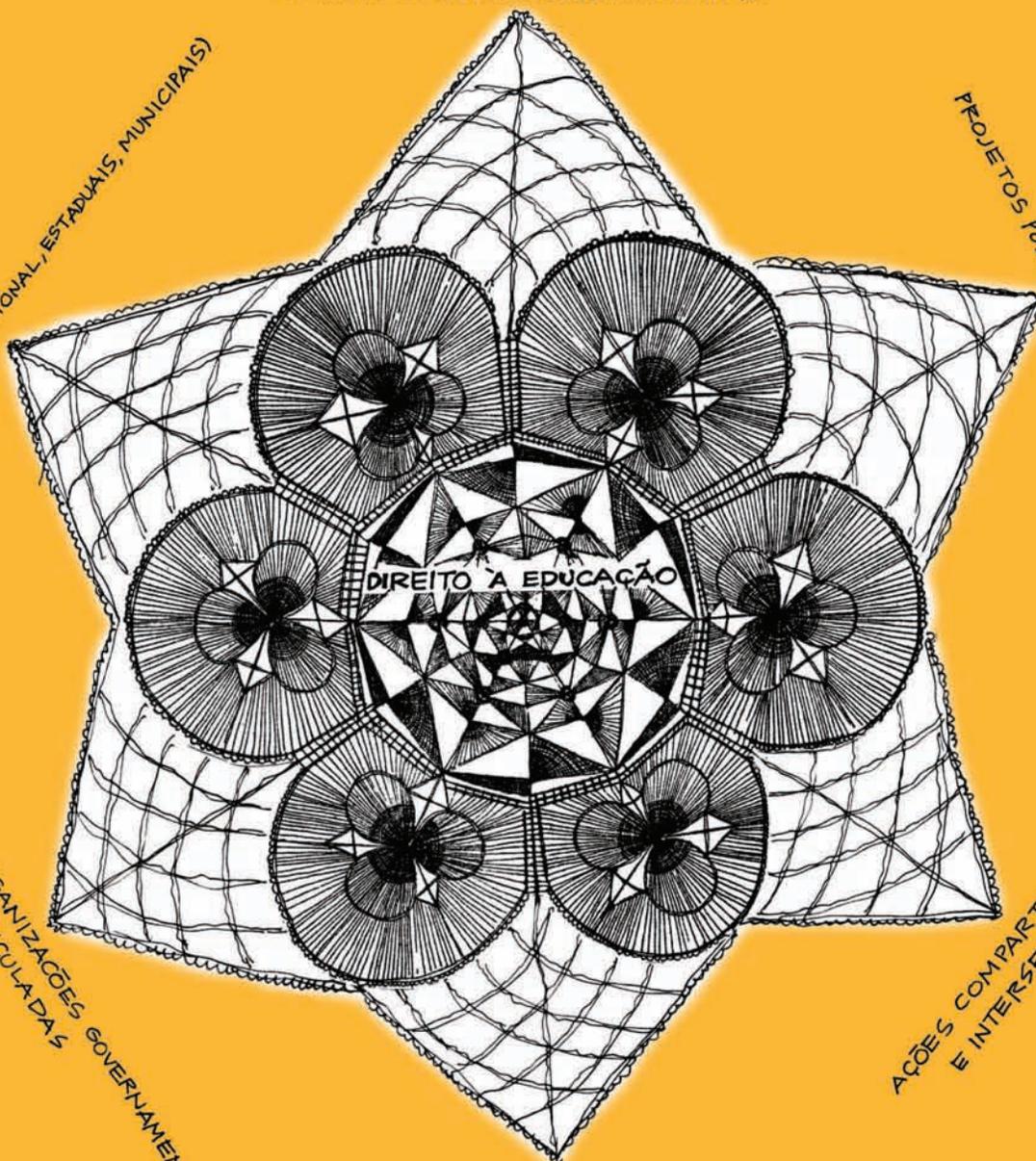
Contato: vomea1@hotmail.com



EDUCAÇÃO INTEGRAL = MAIS TEMPO
EM APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS

PDE (NACIONAL, ESTADUAIS, MUNICIPAIS)

PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS



ONGs E ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS
ARTICULADAS

AÇÕES COMPARTILHADAS
E INTERSETORIAIS

CIDADE COMO ESPAÇO EDUCADOR
ESPAÇOS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES

2

Os pressupostos da Educação Integral

- 1 O direito a uma **educação de qualidade** é a peça chave para a ampliação e a garantia dos demais direitos humanos e sociais; o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2007-2022 (PDE) visa assegurar essa qualidade para todos. Planos Municipais e Estaduais de Educação a ele se articulam, seguindo a mesma lógica.
- 2 A educação não se esgota no espaço físico da escola, nem no tempo de 4 ou 7 horas ou mais. A Educação realiza seu compromisso ético com a inclusão social quando se promovem **articulações e convivências entre programas** e serviços públicos, entre organizações governamentais e não-governamentais, entre espaços escolares e não-escolares.
- 3 A **escola faz parte de uma rede** de espaços institucionais e não institucionais que possibilitam a crianças, jovens e adultos compreender a sociedade em que vivem, construir juízos de valor, saberes, formas de estar no mundo e desenvolver integralmente sua humanidade.
- 4 Organizações e instituições da cidade precisam fortalecer a compreensão de que também são espaços educadores; **diferentes atores sociais podem agir como agentes educativos**.
- 5 A **escola** precisa fortalecer a compreensão de que **não é o único espaço educador da cidade**; qualquer outra organização ou instituição pode colaborar com a Educação Integral.
- 6 Ficar mais tempo na escola não é necessariamente sinônimo de Educação Integral; passar **mais tempo em aprendizagens significativas**, sim.
- 7 A escola tem posição estratégica entre os espaços educativos da cidade, como local onde todos os demais espaços públicos podem ser ressignificados e todos os demais projetos podem ser articulados, construindo-se um **Projeto Político Pedagógico** que contemple princípios, ações compartilhadas e intersetoriais, na direção de uma Educação Integral.



A Educação Integral em Jornada Ampliada é meta a ser alcançada com a participação de todos

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Lei 11.494/2007) propõe tempo integral.

O Plano de Desenvolvimento da Educação prevê ações para Educação Integral no Plano de Metas **Todos pela Educação** e no Programa Mais Educação.

O Plano Nacional de Educação prevê, nas diretrizes do ensino fundamental, a Educação Integral (Lei 10.172/2001).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) afirma que a Escola é o lugar central do processo educativo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei 8.069/1990) assegura os direitos, sendo que o direito à Educação encabeça a maioria deles, logo depois dos direitos à vida, à saúde e à alimentação.

A Constituição de 1988 diz, em seu artigo 6º, que a Educação é o primeiro de dez direitos sociais.

3

As bases legais da Educação Integral

A Educação Integral inscreve-se no campo das políticas sociais e tem especificidade como parte das políticas educacionais dirigidas a crianças, jovens e adultos. Gestores e educadores que a estão construindo tem suas ações respaldadas por uma legislação coerente e consistente, expressando não só as grandes diretrizes e os princípios que a norteiam, como também o caminho para efetivá-la por meio de articulação, cooperação, intersetorialidade e destinação de recursos. Confira algumas orientações contidas nos documentos legais. Todos eles podem ser baixados gratuitamente na Internet.

Está na Constituição Federal

Artigos como os de número 6º (“A Educação é o primeiro de dez direitos sociais”) e 205 (“A Educação é o direito capaz de conduzir ao pleno desenvolvimento da pessoa, fundamento da cidadania e da preparação para o trabalho”) falam de uma Educação de qualidade, capaz de desenvolver plenamente (integralmente) o potencial do ser humano e oferecer-lhe os instrumentos para que possa, solidariamente, conquistar todos os demais direitos.

O parágrafo II do **Art. 206** amplia a concepção do ensinar: não são mais apenas alguns a “receberem ensinamentos” - todos possuem a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Uma liberdade que, para ser plenamente exercida, exige transpor os muros da escola. Outros parágrafos do mesmo Artigo ressaltam os condicionantes básicos para a garantia do padrão de qualidade inerente à Educação Integral: “valorização dos profissionais da educação escolar” (Parágrafo V); “gestão democrática do ensino público” (Parágrafo VI) e remuneração condigna, a começar pelo “ piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública” (Parágrafo VIII).

O **Artigo 208** mostra que o dever do Estado para com a educação básica vai além da

escola e inclui o atendimento a necessidades dos estudantes sem as quais sua aprendizagem será inviabilizada: “material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Está implícita aí a exigência de um trabalho articulado, intersetorial.

O **Artigo 213** torna factível a colaboração entre escolas públicas e outras que podem oferecer atividades e experiências de aprendizagem diferenciadas, em ampliação de jornada: os recursos públicos destinados às escolas públicas também podem ser dirigidos a “escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação confirma

A Lei Maior da Educação Brasileira, de número 9.394/96, já em seu artigo primeiro, afirma que a instituição escolar é o lugar central do processo educativo, pautado pela relação de ensino -aprendizagem. Instaura a pedra fundamental da Educação Integral em Jornada Ampliada, expandindo os limites das práticas educacionais tradicionais, ao dizer que a educação abrange, além dos processos escolares formais, processos formativos na família, convivência, traba-



lho, instituições de ensino, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. É um convite a se colocar em prática a ideia da **comunidade de aprendizagem**, conscientizando-se todos os segmentos da sociedade e do poder público de sua co-responsabilidade por formar as novas gerações.

O Artigo 34, em seu parágrafo 87, prevê a ampliação da jornada do Ensino Fundamental para o regime de tempo integral

Educação Integral em Tempo Integral também no Plano Nacional de Educação

A Lei nº 10.172/2001 (Diretrizes do Ensino Fundamental) refere-se à Educação Integral como possibilidade de envolver todas as dimensões da pessoa. Tem como meta a ampliação da jornada escolar para sete horas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê

A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, também conhecida como “A Constituição das Crianças” reitera a necessidade de que todas as instâncias e segmentos compartilhem o dever de assegurar a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, sendo que o direito à Educação encabeça a maioria deles: antecedido apenas pelos direitos à vida, à saúde e à alimentação. Há que se unir família, comunidade, sociedade em geral e poder público em torno desse mesmo propósito - a concretização dos direitos contidos no ECA. Todos são responsáveis por realizá-lo e para tanto devem cooperar. Por meio da Educação Integral em Jornada ampliada, essa articulação social e governamental se efetiva, e assim podem ser assegurados “*direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*” (Artigo 4º).

Educação Integral em Tempo Integral é também sinônimo de proteção. Se os mais jovens estão em constante interação com educadores comprometidos, na escola e fora dela, previnem-se muitas das violências de que são alvo, e realiza-se a intenção do Art. 5º: “*Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão(...)*”.

O Artigo 58 coloca alguns dos pré-requisitos para a efetivação do Currículo Significativo, integrado à vida e aos desafios da cidade e do mundo, sem o qual não pode existir formação integral: “*No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura*”. Um currículo onde os estudantes transitam entre a escola e os demais espaços educativos da cidade realizando o direito à liberdade, que,

segundo o Estatuto, abrange os seguintes aspectos: “I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei”.

O Estatuto prevê expressamente, em vários artigos, a articulação entre os três níveis de Governo na realização da responsabilidade pelo atendimento integral às crianças e adolescente. É o caso do Art.99 - “ (...)responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes por esta Lei e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais.”

Plano de Desenvolvimento da Educação e Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação

O PDE prevê ações para diferentes níveis, modalidades e etapas da educação nacional, em uma abordagem sistêmica. Disposições relativas à Educação Integral são descritas no Plano de Metas **Compromisso Todos pela Educação** - Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007 e no **Programa Mais Educação** - Portaria Interministerial 17/2007 e Decreto 7083 de 27/01/2010 que operacionaliza as diretrizes do PDE. Ele retoma o ideal da Educação Integral, que vem dos tempos dos pioneiros da Escola Nova e, a partir do aprendizado com experiências bem-sucedidas, o leva como prática às redes de ensino dos estados e municípios do país. (Ver p. 7).



Fundo garante recursos

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007 considera o tempo integral como possibilidade para toda a educação básica, no contexto da universalização da educação com qualidade social (art. 10, parágrafo 3º). A educação básica em tempo integral deve ter uma jornada superior a 7 horas diárias durante todo o ano letivo (permanência na escola e envolvimento em atividades escolares).

No Art. 10, que trata da distribuição proporcional de recursos dos Fundos, note em especial o §3º: “Para os fins do disposto neste artigo, o regulamento disporá sobre a educação básica em tempo integral e sobre os anos iniciais e finais do ensino fundamental” (grifo nosso).

Ao ligar de forma indissolúvel o desenvolvimento da educação à valorização do Magistério, a Lei, no Art. 22, assegura: “Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública”.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos propõe

A Portaria 66 de 12 de Maio de 2003 da Secretaria Especial de Direitos Humanos ressalta que educação formal e informal devem unir-se para promover o pleno desenvolvimento humano e a Educação em Direitos Humanos - um dos macrocampos em que se concentram as atividades da Educação Integral em jornada ampliada -, “contribuindo para a construção da cidadania, conhecimento dos direitos fundamentais, respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas”.



Lei Ambiental orienta

A Lei 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental dá orientações seguras sobre um outro tipo de atividades que podem ser desenvolvidas na jornada ampliada, contribuindo para um currículo significativo e transformador: Art. 1º: “*Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.*” O artigo 2 recomenda a articulação da educação formal e não formal- um princípio básico da Educação Integral: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.(grifo nosso)

Segurança alimentar na jornada integral

A Resolução FNDE/PDDE nº38 de 19/08/2008 dispõe sobre o atendimento em alimentação escolar aos alunos da educação básica. Em seu **Artigo 15**, a Resolução determina que, quando atendidos em período integral, os alunos da educação básica recebam refeições que cubram no mínimo 70% de suas necessidades nutricionais diárias- com no mínimo três porções de frutas e hortaliças por semana. Essa resolução abre a possibilidade de compra direta de alimentos a pequenos produtores rurais, fortalecendo a agricultura familiar e aumentando a renda da família dos alunos, o que contribui para o desenvolvimento sustentável do território ao qual pertencem as escolas.

Veja também a Resolução FNDE/PNAE nº 67, 28/12/2009, que ALTERA O VALOR PER CAPITA PARA A OFERTA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO PNAE.

Dinheiro direto na escola: recursos para a Educação Integral em Jornada Integral

A Resolução FNDE/PDDE nº 04, de 17/03/2009, considera a necessidade estimular a ampliação da jornada escolar para o mínimo de 7 horas diárias em conformidade com o Programa Mais Educação e prevê a transferência de recursos para cobrir despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos na promoção da Educação Integral.

Ainda recursos para a escola...

Confira a Resolução FNDE/PDDE nº 03 de 05/04/2010 para saber detalhes da execução financeira dos recursos para a Educação Integral.

... e para as quadras esportivas

A Resolução FNDE nº 62, de 14/12/2009, autoriza a transferência de recursos financeiros para a reforma, ampliação, construção e cobertura de Quadras Poliesportivas

ou de espaços destinados ao esporte e ao lazer nas escolas públicas pertencentes ao Programa Mais Educação.

Voluntários doam e recebem

Muitas das atividades relativas aos diferentes macrocampos em que se concentram as atividades de Educação Integral na ampliação da Jornada (Acompanhamento Escolar, Cultura e Artes, Cultura Digital, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Esporte e Lazer e outros) podem ser conduzidas por voluntários da comunidade. A Lei do Voluntariado nº 9.608/1988 considera serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (Art. 1). O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista e previdenciária – mas promove outros vínculos, de natureza pessoal e social, beneficiando não só quem recebe o serviço, mas quem o oferece.





4

Construindo a Educação Integral a partir da Escola

4.1 Visão mais ampla do papel da Escola: reinventar a gestão política dos espaços escolares, em diálogo com a sociedade

Os processos de globalização, as transformações ambientais e climáticas, a disseminação e o acesso desigual a novas descobertas científicas e técnicas, as mudanças no mundo do trabalho, entre outros fatores, fazem com que também as escolas tenham que se repensar e se reestruturar para fazer frente aos desafios do século XXI.

O que queremos

Escolas abertas ao diálogo, compartilhando responsabilidade pela aprendizagem com outras instituições.

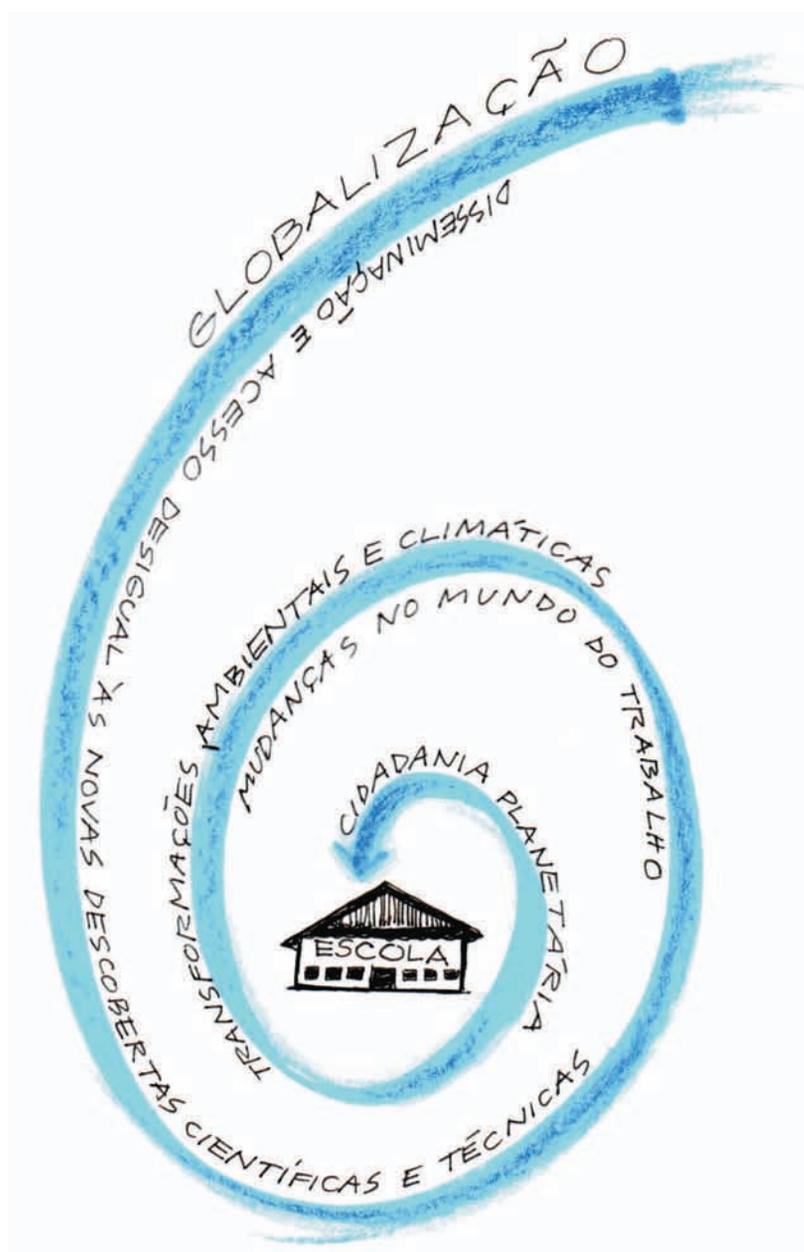
O que precisaremos fazer para chegar lá

- Promover a comunicação entre as escolas e demais espaços da cidade, para transformá-la em cidade educadora;
- Construir redes socioeducativas, por meio das quais condições básicas de aprendizagem (saúde, habitação, segurança, etc) possam ser asseguradas e fortalecidas.

Você pode contribuir

Dirigentes governamentais e lideranças da sociedade civil:

- Estimulando a atuação intersetorial de diferentes Secretarias em um programa de Educação Integral que melhor atenda às necessidades das crianças, jovens e suas comunidades;



- Investindo na formação de educadores na perspectiva da Educação Integral;
- Possibilitando/facilitando a participação dos diretores, professores coordenadores de escolas e estimulando a de representantes de alunos nos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, Conselhos de Saúde e outros Conselhos e redes estratégicos.

Professores e gestores escolares:

Convidando representantes dos órgãos municipais e estaduais governamentais e não-governamentais responsáveis por ações de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer, Segurança, Justiça, Habitação, Trabalho e Renda a participar das reuniões de planejamento geral e de avaliação da escola,

em conjunto com os professores e demais trabalhadores da educação, familiares e representantes dos alunos.

Promovendo o debate, na escola, sobre Educação Integral e Projeto Político Pedagógico, mapeando os espaços e escolas da comunidade que possam ser utilizados para ampliar os tempos de aprendizagem dos alunos, identificando atividades que possam ser realizadas e pessoas que possam responsabilizar-se por elas, estabelecendo, com a comunidade escolar – incluindo as crianças, adolescentes e jovens –, prioridades em relação aos alunos a serem beneficiados (veja mais no manual Mais Educação Passo a Passo, que pode ser acessado no Portal do MEC).

Dica: É essencial ouvir os jovens e abrir espaço para sua participação na tomada de decisões.

Roteiros para a mudança

Potencial do Estudante: integralmente mobilizado

Em **Apucarana**, no Paraná, o Programa de Educação Integral está em funcionamento ininterrupto desde 2001, tendo sido regulamentado pela Lei Municipal nº 90/01.

O Programa procura ultrapassar o senso comum de uma divisão entre turno e contraturno, ou de tempo integral limitado à ampliação das horas diárias de permanência do aluno na escola. Para tanto, considera o aluno como uma individualidade própria, em seus aspectos cognitivos, político-sociais, ético-culturais e afetivos.

A ênfase desse Programa recai sobre o desenvolvimento das capacidades de compreensão, domínio e aplicação dos conteúdos estudados. Por essa razão, a oferta de atividades complementares artísticas, culturais, sociais ou esportivas e o acompanhamento individualizado do desenvolvimento do aluno são feitos

de modo interdisciplinar, buscando resultados efetivos de aprendizagem. Para que o programa educacional pudesse atingir efetividade, foram firmados, de forma estratégica, quatro pactos fundamentais com a sociedade organizada: Pacto pela Educação, Pacto pela Responsabilidade Social, Pacto pela Vida e Pacto por uma Cidade Saudável. A partir desses pactos foram celebradas parcerias com a comunidade: com empresas, instituições de ensino superior, clubes de serviço, associações, instituições militares, ONGs, famílias, voluntários... uma lista extensa.

A caminhada de Apucarana motivou municípios como Porecatu, Realeza, Castro, Mauá da Serra, Paranaguá, Telêmaco Borba, Cornélio Procópio e Sertanópolis, no Paraná, e Penápolis no Estado de São Paulo, dentre outros, que já implantaram o Programa a partir do conhecimento da experiência in loco.

Ferramentas e referências para ampliar a visão da escola no contexto de uma cidade educadora

Guia de Ações Complementares à Escola para crianças e adolescentes – CENPEC/Unicef, 1995

Elaborado durante a Campanha Mundial Todos pela Educação (Jontiem 1990), esse manual apresenta um passo a passo para a organização de programas para a formação integral de crianças e jovens, enfatizando a complementaridade entre esses programas e a escola.

ONG parceira da escola – CENPEC/Unicef, 1998

Continuando e aprofundando o manual anterior, essa publicação mostra a importância da articulação dos esforços das escolas e das ONGs para qualificar o processo educativo. Como exemplo concreto, descreve as ações do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento, o CPCD, de Minas Gerais.

Melhoria da Educação no Município - Um trabalho coletivo – CENPEC/Unicef/Undime, 2003

Esse conjunto de fascículos auxilia os gestores municipais a organizar o trabalho educativo em sua cidade em favor da inclusão de todas as crianças e jovens em escolas urbanas ou rurais de boa qualidade. Mostra como elaborar de forma participativa um Plano Municipal de Educação que desperte e utilize toda a potencialidade educadora da cidade.

Cidade Educadora - Princípios e experiências, M. Gadotti, P. Padilha, A. Cabezudo (org) Cortez, 2004

Oferece exemplos de como entender o meio urbano como espaço de múltiplas possibilidades de convivência e de relações humanas, baseadas no respeito, no tratamento positivo da diferença e na participação.

Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos - Parceria pela cidadania – FDE/CECIP, 2007

Mostra como o fortalecimento de redes unindo escolas, conselhos tutelares, Vara da Infância e Adolescência, órgãos governamentais e programas de atendimento às crianças e adolescentes contribui para tornar a educação mais justa e a justiça mais educativa.

Conflitos na Escola: Modos de Transformar – CECIP/IMESP 2009

Oferece sugestões e exemplos, no seu capítulo 5, sobre como a escola pode fazer parcerias e alianças com ONGs, OGs, Universidades e empresas, tornando-se mais segura e capaz de promover aprendizagens significativas.

4.2 Enraizamento da Educação Integral nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das Escolas

O PPP, ao ser construído com envolvimento do Conselho Escolar, do Grêmio, de representantes das famílias e da comunidade, dá rumo e sentido à escola, porque expressa o compromisso coletivo com uma educação de qualidade para o desenvolvimento integral de todos, e possibilita uma ação educativa voltada a identificar, compreender e planejar ações para melhorar situações concretas no seu território.

O que queremos

Comunidades escolares com PPPs elaborados de forma participativa, considerando e estimulando a complementaridade entre os diferentes espaços e os diversos agentes educativos que estão em seu território.

Escolas onde a ampliação da jornada escolar possa acontecer por meio de atividades de Acompanhamento Pedagógico, Cultura e Artes, Cultura Digital, Comunicação e Uso de Mídias, Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental, Investigação no campo das ciências da natureza, Educação Econômica, Promoção da Saúde, Esportes e Lazer. E onde essas atividades sejam “casadas” às das aulas regulares.

O que precisamos fazer para chegar lá

- Gerenciar a escola de forma democrática e participativa.
- Mapear os diferentes programas, projetos e ações da escola.
- Levantar as especificidades, culturas, saberes, valores e práticas da comunidade: as forças que podem superar fraquezas e neutralizar ameaças.
- Propiciar diálogo entre os saberes da escola e os saberes que existem na comunidade.

Você pode contribuir

Dirigentes governamentais e lideranças da sociedade civil:

- Ampliando a prática da gestão democrática, estimulando a participação social nos Conselhos de Educação (Municipais e Estaduais) e escolhendo os diretores das escolas por eleição ou concurso.
- Oferecendo orientações e sugestões de dinâmicas que ajudem a mapear cooperativamente o potencial da comunidade onde está a escola e organizar encontros de trabalho entre a comunidade escolar e representantes de outros espaços educativos da cidade, entre professores responsáveis pelas aulas regulares e professores comunitários, para planejar ações em parceria.
- Promovendo a articulação entre atividades realizadas nas escolas e atividades de educação não-formal realizadas nas organizações voltadas à saúde, cultura, esporte, lazer, justiça, assistência social, trabalho e renda e outras.
- Formulando, implantando e implementando projetos de Educação Integral intersetoriais, incluindo cultura, lazer, artes, meio ambiente, saúde, tecnologias da comunicação, ciência e tecnologia.

Educadores e gestores escolares:

- Atuando como articuladores, no seu território, da relação com órgãos governamentais, não-governamentais e comunitários. Abrindo o espaço escolar para debate e esclarecimento dos valores com os quais a sociedade deve atuar, fazendo sua parte na educação integral de crianças, adolescentes e jovens.
- Debatendo os conceitos de Comunidade de Aprendizagem (ver p. 12) e de Educação Integral (ver p. 19) com a comunidade escolar e representantes

da comunidade mais ampla.

- Promovendo a gestão democrática, incorporando estudantes, famílias e representantes da comunidade no processo decisório.
- Identificando formas de integrar as atividades que acontecem dentro das salas de aula com a realidade da vida dos alunos na família, no bairro e na cidade; contribuindo para identificar e aproveitar o potencial educativo dos espaços públicos (ver item 4.3).

Dica: É essencial ouvir os jovens e abrir espaço para sua participação na tomada de decisões.

Roteiros para a mudança

1 - Projeto Político Pedagógico - PPP: Articulação entre atividades educativas dentro e fora da Escola

O Programa Escola Integrada foi criado em 2006, pela Prefeitura Municipal de **Belo Horizonte**, como um programa intersetorial. Esse Programa concebe a educação como um processo que abrange as múltiplas dimensões formativas dos alunos. Tem como objetivo a formação integral dos alunos de 6 a 14 anos do Ensino Fundamental, ampliando sua jornada educativa diária para nove horas. Isto acontece pela oferta de diversas atividades, articuladas com o Projeto Político Pedagógico – PPP – de cada instituição educativa. O programa Escola Integrada é coordenado pela Secretaria de Educação em sinergia com os outros setores da Prefeitura. Conta

com a parceria de várias Instituições de Ensino Superior, além de ONGs, artistas, comerciantes e empresários locais.

Todos estão envolvidos na construção de uma grande rede responsável pela Educação Integral de suas crianças, adolescentes e jovens. Além de utilizar os espaços das próprias escolas, o Programa utiliza os vários espaços físicos e culturais oferecidos pela comunidade.

Assim, transformam-se diferentes lugares da cidade em Centros Educativos, criando uma nova cultura do educar. Ela tem na escola seu ponto catalisador, mas vai mais longe, desenvolvendo os potenciais educativos de toda a comunidade.

www.pbh.gov.br/educacao

2 - Propostas de Eixos Articuladores do PPP

No contexto do Bairro-Escola (ver p. 11), projeto da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu iniciado em março de 2006, criou-se em cada escola a figura do Coordenador Político Pedagógico, reforçando a equipe de gestores formada por diretor, diretor adjunto, coordenador pedagógico e orientador educacional. Isso ajudou a incentivar a integração entre as atividades desenvolvidas pelos professores e as realizadas pelos educadores sociais fora do horário das aulas regulares. Foram organizados seminários envolvendo escolas e outras instituições educativas, com um calendário de reuniões semanais entre o secretário municipal de Educação, os gestores escolares e os professores. Essas reuniões têm sido espaços essenciais de formação sobre o conceito de Educação Integral. Oferecem instrumentos para que o PPP (ver p. 31) possa ser elaborado de forma participativa, incluindo os parceiros da comunidade. A ideia é fazer com que as escolas, atuando com autonomia financeira e pedagógica,

desenvolvam um currículo significativo (ver p. 15) a partir da reflexão em torno dos quatro eixos sugeridos para nortear seus PPPs: **Corpo** (entendido em suas dimensões física, estética e ética/relacional incluindo-se aí o manejo eficaz de conflitos); **Palavra** (ênfase nas competências de leitura escrita, expressão oral e escrita); **Realidade Social** (oferecendo temas e problemas a serem explorados pelas disciplinas do currículo, que contribuem com elementos para a compreensão das desigualdades e injustiças existentes no território e incentivam a ação cidadã para superá-las); **Racionalidade Científica** (ferramentas científicas e tecnológicas para melhor apreender a realidade social e sobre ela atuar). A partir desses eixos é possível articular, em um currículo significativo, tanto o processo educacional sob responsabilidade dos professores, no horário regular, quanto o desenvolvido por educadores de outras agências sociais, fora desse horário.

Ferramentas e referências para repensar o PPP de uma escola e construí-lo de forma participativa

O Lugar da Educação Integral na Política social. Maria do Carmo Brant CARVALHO In: *Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária*, n. 2, p. 07-13, 2006;

Educação, escola e comunidade: na busca de um compromisso. COLL, César. In: *Comunidade e escola: a integração necessária*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999;

A educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem. TORRES, R. M. In: *Muitos Lugares para aprender*. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/UNICEF, 2003;

Educação Integral: a relação da escola com a cultura e a sociedade. *Patío, Revista Pedagógica. Ano XIII, n.51, Out.2009.*

Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade. MOLL, Jaqueline Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

Essas publicações ajudam educadores que atuam na escola e em outros espaços da cidade a começar a criar uma linguagem conceitual comum, a fim de que possam juntos participar na elaboração dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas.

Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. COELHO, Lígia Martha C. da Costa In: ABRAMOVICZ, Anete e MOLL, Jaqueline. *Para além do fracasso escolar*. Campinas, Papirus, 1997. p. 191-208

Um bom recurso para que os educadores das escolas percebam a diferença entre educação integral e educação em tempo integral.

Autonomia da Escola: princípios e propostas. GADOTTI, Moacir. São Paulo: Cortez, 1997;

O projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). 11. ed. Campinas: Papirus, 2000;

Mestres da Mudança, liderando a escola com a cabeça e o coração. CECIP, Porto Alegre: Artmed, 2006;

O pedagogo/coordenador pedagógico/especialista e sua relação com o projeto político pedagógico da escola. SANTOS, Cleidimar Barbosa dos. In: *Cadernos de Educação da CNTE*. Brasília, 2008.

São livros que ajudam os gestores escolares a compreender que a autonomia da escola é possível, mas que só é possível exercê-la com envolvimento da comunidade escolar e do entorno na deliberação sobre sua visão, missão, objetivos e metas. Os quatro últimos trazem sugestões de procedimentos e estratégias para elaborar o PPP de forma participativa, democrática, fortalecendo articulações com a cidade.

4.3 Ressignificação do Currículo Escolar

Um currículo capaz de relacionar a aprendizagem dos alunos à sua vida e à sua comunidade supera a fragmentação das disciplinas, dando concretude ao processo educativo. Ele integra as atividades escolares a outras ações educativas culturais e lúdicas, utilizando os espaços públicos e promovendo mudanças benéficas no entorno.

O que queremos

Escolas mais vivas, que consigam transformar seu ensino em uma atividade prazerosa, onde todos aprendem a aprender e são capazes de transformar os assuntos que preocupam os alunos em temas do trabalho escolar. Escolas que valorizem a cultura e o trabalho como princípios educativos, aos quais alunos, educadores, funcionários e comunidade sentem-se ligados, porque participaram de todo o processo, desde a identificação das questões até o planejamento de como implementar as soluções encontradas.

O que precisamos para chegar lá

- Considerar alunos e comunidades como sujeitos de sua própria aprendizagem;
- Redimensionar e dar novos significados ao que aprendemos na escola e fora dela;
- Fazer com que as atividades escolares se liguem à cultura do território, articulando práticas, habilidades, costumes, crenças e valores aos conhecimentos acadêmicos;
- Apoiar as escolas para que consigam identificar, explorar e desenvolver o potencial educativo da cidade em que estão.

Você pode contribuir

Dirigentes governamentais e lideranças da sociedade civil:

- Oferecendo às escolas informações sobre os demais espaços da cidade/comunidade que também são espaços educadores;
- Criando materiais que estimulem o debate, nas escolas, sobre os conteúdos curriculares nos diferentes domínios. Isto quer dizer discutir as bases científicas e metodológicas e saber estabelecer relações entre todos os conteúdos, o que ajudará a compreender os múltiplos aspectos de realidades que devem ser mudadas, dando mais objetividade e concretude às ações que são realizadas;
- Divulgando pesquisas que possam ajudar a organização didático-pedagógica das escolas;
- Incentivando as atividades que desenvolvam novas competências de expressão e comunicação, de leitura, de escrita e raciocínio, para realizar produtos que tenham significado para alunos e comunidades.

Educadores e gestores escolares:

- Utilizando as reuniões pedagógicas para refletir e aperfeiçoar as atividades do currículo, onde a aprendizagem é concebida como um conjunto de práticas e significados que concentram as muitas referências e informações que fazem sentido para a comunidade local;

- Reforçando a ideia de Cidadania para todos, como eixo articulador do currículo e desenvolvendo de forma consciente os temas transversais, como a Sustentabilidade Ambiental, os Direitos Humanos e a valorização das diferenças;
 - Incorporando a metodologia de elaboração de projetos, com aplicação de diferentes competências e saberes curriculares, em especial leitura, escrita e raciocínio, na resolução de problemas pela construção de produtos que interessem às crianças, jovens e comunidade. (ver Box)
- Dica:** É essencial ouvir os jovens e abrir espaço para sua participação na tomada de decisões.

Roteiros para a mudança

Possibilidades de ressignificação curricular

Essas atividades realizadas por educadores sociais de Nova Iguaçu-RJ podem ser desenvolvidas de forma integrada com os educadores escolares, contribuindo para ressignificar o currículo:

Na **Oficina do Céu**, as crianças fotografaram o céu em diferentes momentos e de diferentes pontos da cidade. (Integração possível com os professores das escolas em Língua Portuguesa, Ciências).

Na **Oficina de Contação de Histórias**, os estudantes são preparados para inventar e contar suas próprias histórias, bem como recolher causos que fazem parte do folclore da região. Eles também percorrem as lojas do comércio da cidade perguntando a empregados e patrões “qual foi o livro que mudou sua vida”. A partir dessa informação, foram selecionados trechos dessas obras – da Bíblia a Machado de Assis – e elaborados cartazes inspiradores e criativos, para serem colocados em lugares públicos.

(Integração possível com os professores das escolas em Língua Portuguesa, Literatura, História).

Na **Oficina de Dança e Música**, surgiu a informação de que teria existido, na década de 70, uma escola de samba no bairro. Os estudantes resolveram investigar e descobriram que isso era verdade. Graças ao estímulo dos jovens, antigos componentes da escola de samba, moradores do bairro, resgataram suas velhas fantasias e instrumentos e improvisaram um desfile, ressuscitando a velha escola. (Integração possível com os professores das escolas em Língua Portuguesa, Artes, História).

Na **Escola Livre de Cinema**, os estudantes elaboraram projetos com objetivos tão diferentes como compreender as formas de sociabilidade do bairro a partir das inscrições nas camisetas dos jovens de diferentes “turmas”, ou o processo de fabricação de pipas. (Integração possível com os professores das escolas em Língua Portuguesa, Artes, História).

Roteiros para a mudança

Da cidadania local à cidadania planetária

www.cidadaniaplanetaria.org.br

O Programa de Educação para a Cidadania Planetária (PECP) é implementado em Osasco, pelo Instituto Paulo Freire, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação daquela cidade paulista; com atividades de formação e investigação realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Manuel Barbosa, que incluem a reflexão sobre o currículo, a qualidade da educação, cidadania, elaboração de projetos com a comunidade e produção de publicações. Além disso, o IPF apoia as escolas na construção de Projetos Eco Político Pedagógicos baseados em leitura do mundo empreendida coletivamente pelos atores escolares.

O Projeto Currículo Global para a Sustentabilidade (PG/S), financiado pela União Européia e coordenado no Brasil pelo CECIP – Centro de Criação

de Imagem Popular, em articulação com a Secretaria de Estado de Educação e com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, envolve cinco escolas de ensino fundamental e médio, sendo três públicas e duas particulares, e 25 educadores dessas escolas. Os educadores diretamente envolvidos dialogam profissionalmente com colegas da Áustria, Benin, República Tcheca e Reino Unido, incorporando aos Projetos Político Pedagógicos das escolas e às aulas temas relativos ao desenvolvimento sustentável, como meio ambiente, comércio justo e consumo sustentável, pobreza e justiça social, direitos humanos, cultura de paz, democracia, migrações, relações interculturais e interdependência global. O resultado serão projetos interdisciplinares cuja realização implicará impacto na qualidade de vida das comunidades.

www.globalcurriculum.net

Ferramentas e Referências para integrar processos educativos dentro e fora da escola em um currículo significativo

Da relação com o saber: elementos para uma teoria. CHARLOT, Bernard Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000;

É imprescindível educar integralmente. GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. In: Caderno CENPEC: educação, cultura e ação comunitária, n. 2, p. 15-24, 2006;

Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas. Brasília: MS: UNESCO, 2004, 122 p. [versão resumida] ABRAMOVAY, M. (coord.);

Educar para a Sustentabilidade, GADOTTI, Moacir. São Paulo, Ed, L, 2008;

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2007. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, UNESCO.

4.4 Formação de Educadores Escolares na perspectiva da Educação Integral

Quando gestores escolares, professores e demais pessoas que trabalham na escola possuem uma visão de educação que ultrapassa os seus muros, tornam-se agentes de ações que procuram superar as desigualdades sociais e afirmar o direito à diferença.

O que queremos

Profissionais da educação que se apaixonem pelo que descobrem ser possível fazer, reinventando continuamente sua relação com os alunos, com o mundo, com os conteúdos curriculares e com as possibilidades que existem além do espaço da sala de aula. Esse conjunto de elementos desafia a uma nova postura profissional que precisa ser construída pouco a pouco, em processos formativos permanentes. A relação tempo, espaço e Educação Integral é fonte de muito debate. Mas as discussões sobre essa concepção educacional são fundamentais para que se chegue a espaços de consenso cada vez maiores.

O que precisamos para chegar lá

- Tornar a profissão de educador mais atrativa, dando-lhe a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e expressando apreço ao seu esforço por melhorar, através de aumento de salários;
- Reformular os cursos de formação de educadores – iniciais e em serviço – contemplando novas competências para promover o aprendizado, articulando-o a temas como Meio Ambiente, Direitos Humanos, Valorização de Diferenças;
- Promover e incrementar a competência dos educadores em formulação, reali-

zação, acompanhamento e avaliação de projetos interdisciplinares e inter-setoriais. Isto possibilitará aos envolvidos entender e modificar situações concretas de sua realidade.

- Desenhar novos perfis profissionais de docentes e gestores escolares, com participação das associações e sindicatos de educadores, envolvendo universidades, empregadores, trabalhadores, associações de pais e de estudantes, para que tais perfis se adequem às demandas de uma educação integral em jornada ampliada.

Você pode contribuir

Dirigentes governamentais e lideranças da sociedade civil:

- Promovendo horários de formação na escola, integrados ao turno de trabalho;
- Lutando pela elevação do Piso Profissional Nacional do Magistério, para que o professor possa ser bem remunerado, em uma carreira docente que lhe permita exercer jornada integral em uma única escola e participar efetivamente da vida da comunidade onde trabalha;
- Possibilitando maior articulação entre as Universidades responsáveis pelos educadores e as escolas onde esses devem atuar.

Educadores e gestores escolares:

- Incentivando as parcerias entre escolas, Universidades, organizações da comunidade, empresas com respon-

- sabilidade social, artistas e comunicadores;
- Promovendo encontros, no espaço escolar, entre educadores e representantes de Conselhos e movimentos sociais por Direitos de Cidadania, Preservação do Ambiente, Moradia, Segurança, Segurança Alimentar, Economia Solidária, Combate ao racismo e à Xenofobia etc, para identificação de intersecções e sinergias entre as reivindicações desses atores sociais e o currículo escolar.
 - Redefinindo, na prática, o papel do educador escolar, em parceria com os estudantes e com a comunidade, ao mesmo tempo em que luta pela elevação do Piso Profissional do Magistério.
- Dica:** É essencial ouvir os jovens e abrir espaço para sua participação na tomada de decisões.

Ferramentas e referências

Pedagogia da autonomia. FREIRE, Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. ARROYO, Miguel. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

Excelentes para convidar os educadores escolares a se reencantarem com o seu papel e se redefinirem enquanto agentes educativos na cidade educadora.

História das Idéias Pedagógicas no Brasil. SAVIANI, Dermeval. São Paulo(SP) Autores Associados, 2007

Uma escola do Tamanho do Brasil. PLANO DE GOVERNO DO CANDIDATO LUIS IGNÁCIO LULA DA SILVA. São Paulo: Grupo de Trabalho na área de Educação, Ciência e Tecnologia, 2002; PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002; PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-MEC, 2007.

Documentos essenciais para se repensar a formação dos educadores em sintonia com o desenvolvimento sustentável brasileiro com universalização dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais.

Converse com quem já faz

Alguns dos sites abaixo estão aparecendo pela primeira vez; outros já foram citados nas páginas anteriores. Vamos repeti-los aqui, para reforçar o convite: entre em contato com quem já faz Educação Integral a partir da Escola, para perguntar, trocar ideias e inspirar-se.

Algumas Secretarias Municipais de Educação:

Apucarana - www.apucarana.pr.gov.br

Belo Horizonte - www.pbh.gov.br/educacao

Cuiabá - www.cuiaba.mt.gov.br

Curitiba - www.curitiba.pr.gov.br

Diadema - www.educacao.diadema.sp.gov.br

João Pessoa - www.joaopessoa.pb.gov.br

Olinda - www.olinda.pe.gov.br/secretarias-e-orgaos/secretaria-de-educacao

Osasco - www.educacao.osasco.sp.gov.br

Nova Iguaçu - www.novaiguacu.rj.gov.br

Palmas - www.palmas.to.gov.br

São Paulo (CEUs) - www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br

Algumas ONGs:

Ação Educativa - www.acaoeducativa.org.br

CECIP - www.cecip.org.br

CEDAC - www.cedac.org.br

CENPEC - www.cenpec.org.br

IBASE - www.ibase.br



5

Outras Leituras para quem quer fazer Educação Integral em Jornada Ampliada

ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. *Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira*. In: *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 117-147, jun. 2006.

_____. *Consequências e causas imediatas da queda recente na desigualdade de renda brasileira*. In: *Parcerias Estratégicas*, n. 22, p. 89-119, jun. 2006.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CAVALIERE, A. M. *Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil*. In: CAVALIERE, A. M. e COELHO, L. M. C. *Educação brasileira e(m) tempo integral*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

COELHO, Ligia M.C. Costa. *Escola Pública de horário integral e qualidade do ensino. Avaliação de políticas públicas em Educação*. RS, V.11, PG 121-129, 1996

EDNIR, Madza e BASSI, Marcos. *O Bicho de Sete Cabeças: para entender o financiamento da Educação Brasileira*. São Paulo: Ação Educativa, 2007

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos. *Organização do trabalho pedagógico*. Agosto/1991 (mimeo).

GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil: Inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GÓMEZ-GRANELL, C.; VILA, I. e cols. *A cidade como projeto educativo*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GUARÁ, Isa. *Educação e Desenvolvimento Integral - Articulando saberes na Escola e além da Escola*, em aberto, Brasília, V 66, 2003.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 2001.

IPEA. *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília: IPEA, 2006.

KERSTENEETZKY, Célia Lessa. *Escola em tempo integral já: quando quantidade é qualidade*. In: *Ciência hoje*. v. 39, n. 231, p. 18-23, out. 2006.

KUENZER, A. *Ensino de 2º Grau: o Trabalho como princípio educativo*, SP, Cortez, 1988

MEC. *Ensino Fundamental de nove anos*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2004.

- _____. *Desafios, avanços e limites do sistema educacional e da organização curricular no século XXI*. In: SCOCUGLIA, Afonso. Prefeitura Municipal de Gravataí. I Encontro Internacional de Educação: educação e direitos humanos. Gravataí: SMED, 2007, p.139-148.
- MOLL, Jaqueline. *Histórias de vida, histórias de escola: elementos para uma pedagogia da cidade*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *É imprescindível educar integralmente*. Cadernos CENPEC, n.2, 2006
- _____. *Reinventar a escola dialogando com a comunidade e com a cidade: novos itinerários educativos*. Pátio – Revista Pedagógica, v.1, p.58 – 61, 2003.
- _____. *Um paradigma contemporâneo para a educação integral*. Pátio – Revista Pedagógica, n 51, p.12 – 15, 2009.
- MUÑOZ, Vernor. *Educação e direitos humanos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 fev. 2008, p. 31.
- PÉREZ, F. C.; GARCIA, J. R. (orgs.) *Ensinar ou aprender a ler e escrever?* Porto Alegre: Artmed, 2001.
- Revista Pátio – *Educação integral: a relação da escola com a cultura e a sociedade*. Artmed: nº 51- ago/out 2009.
- SANTOS JUNIOR, O. A. dos; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. *Governança Democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Rvam, Fase, 2004.
- SANTOS JUNIOR, O. A. dos.; *Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Fase, 2001.
- SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas. *As políticas educacionais de financiamento e a autonomia financeira municipal: o caso de São Paulo nas gestões do período de 1997-2002*. Campinas: Unicamp, 2004. (Tese de Doutorado).
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Aída Maria Monteiro; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (Org.). *Retrato da escola no Brasil*. Brasília: CNTE, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Toward a Multicultural Conception of Human Rights*. In: B. Hernández-Truyot (Org.). *Moral Imperialism. A critical anthology*. New York: New York. University Press, 2002.
- SENGE, Peter e colegas - *Escolas que aprendem, um guia da Quinta Disciplina para educadores, pais e todos que se interessam por educação*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SPOSATI, Aldaiza. *Gestão Pública Intersetorial: sim ou não? Comentários da Experiência*. In: Serviço Social e Sociedade, v. 89, p. 133-141, 2006.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- TORRES, R. M. *Seminário Educação e Comunidade, iniciativa Fundação Itaú Social/ UNICEF*. In: Organização CENPEC, São Paulo, 2005.
- UNICEF (1999). *La voz de los niños. Encuesta latinoamericana*. Oficina Regional para a América Latina e o Caribe.
- YUS, R. *Educação integral: uma educação holística para o século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

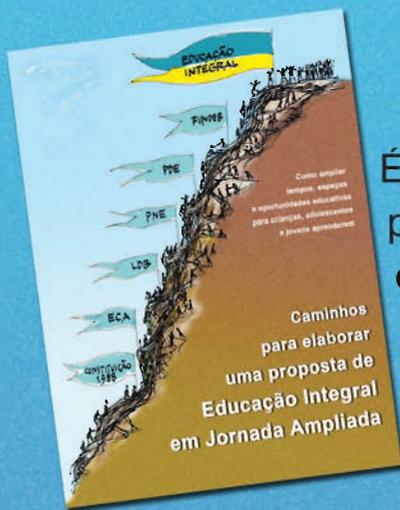
**CAMINHOS
PARA ELABORAR UMA PROPOSTA
DE
EDUCAÇÃO
INTEGRAL
EM JORNADA
AMPLIADA**



*

*

*



É possível transformar a escola pública em espaço de articulação de políticas governamentais e iniciativas comunitárias, aperfeiçoando a relação dialógica escola-comunidade, a gestão democrática e realizando uma educação de qualidade que a todos inclui?

Sim!

Essa é a resposta dos cidadãos e cidadãs brasileiros, profissionais da educação e de outras áreas, membros da comunidade, jovens, que, em mais de 10 mil escolas espalhadas pelo território nacional, estão fazendo acontecer a Educação Integral em Jornada Ampliada.

Nessa publicação você irá encontrar inspiração, bases legais que sustentam ações e sugestões práticas de quem já botou o pé na estrada e vai abrindo novos caminhos. Caminhos que, ao serem percorridos, aumentam a aprendizagem de todos.

Produção

CECIP Centro de Criação de Imagem Popular

Apoio

**Organização dos Estados Iberoamericanos para o
Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura - OEI**

Realização

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO